



RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

2025



SUMÁRIO

1. LIDERANÇA E VISÃO DE FUTURO	3	4. NOSSA GENTE E O IMPACTO NA SOCIEDADE	45
Mensagem da Presidência	4	Cuidado com as Pessoas	46
Destaques	5	Diversidade e Cultura Organizacional	52
Nossa Jornada para a Sustentabilidade	6	DAE e a Comunidade	57
2. GOVERNANÇA E CULTURA DE INTEGRIDADE	14	5. VALOR ECONÔMICO E PARCERIAS ESTRATÉGICAS	60
Solidez Institucional	15	Gestão Responsável de Recursos	61
Confiança e Transparência	22	Cadeia de Valor	63
3. MEIO AMBIENTE: OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E RESILIÊNCIA	25	6. TRANSPARÊNCIA TÉCNICA	64
Operações da DAE	26	Caderno de Indicadores	65
Universalização	31	Índice de Conteúdo GRI	78
Gestão da Água	33	Declaração de Asseguração	90
Saneamento e Ecossistemas	37	Expediente	92
Clima e Energia	41		

The background of the slide is an aerial photograph of a landscape. On the left, there is a large, calm lake surrounded by green trees. A multi-lane highway runs vertically through the center of the image. To the right of the highway, there is a residential area with houses and some commercial buildings. The sky is filled with soft, white clouds. The entire image has a dark blue-green overlay, and the title text is in white.

LIDERANÇA E VISÃO DE FUTURO

MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA

GRI 2-22

O ano de 2025 consolidou-se como um período de intenso trabalho e realizações para a DAE Jundiaí, marcado por avanços significativos em sua missão de promover saneamento de qualidade, melhorar a vida das pessoas e fortalecer o compromisso com o desenvolvimento sustentável da cidade. A sustentabilidade deixou de ser apenas um pilar estratégico para se tornar parte integrante de nossas decisões, planejamentos e ações voltadas ao bem-estar coletivo e ao futuro de Jundiaí.

Nossa visão de futuro está alinhada à gestão responsável dos impactos econômicos, ambientais e sociais gerados por nossas atividades, com especial atenção à proteção dos recursos hídricos, à promoção da saúde pública e à garantia de serviços públicos essenciais eficientes para toda a população. Por meio de um modelo de negócios que integra desempenho operacional, inovação e responsabilidade socioambiental, buscamos não apenas mitigar impactos negativos, mas também gerar benefícios concretos para a sociedade.

Em 2025, definimos prioridades estratégicas que reforçam nossos compromissos em curto, médio e longo prazos. Entre elas, destacam-se os investimentos em infraestrutura para ampliar a capacidade dos sistemas de água e esgotamento sanitário em diversos pontos da cidade; a execução de novas ligações domiciliares e o remanejamento de redes, com foco na redução de perdas e na melhoria da eficiência operacional; e a continuidade de obras estruturantes que asseguram a estabilidade e a resiliência do abastecimento.

Ao mesmo tempo, ampliamos iniciativas institucionais e de sustentabilidade que impactaram positivamente tanto o meio ambiente como a vida das pessoas. Projetos de educação ambiental receberam milhares de crianças e ampliaram o conhecimento sobre o ciclo da água e sua preservação; parcerias como Óleo do Bem

promoveram o descarte correto de resíduos e o bom uso da rede de esgoto; e ações de plantio, limpeza e cuidado com mananciais reforçaram nosso engajamento com a conservação dos ecossistemas.

Reconhecemos, ainda, que nosso desempenho estratégico está inserido em um contexto mais amplo de transformações sociais, ambientais e econômicas. O avanço em indicadores de cobertura e qualidade dos serviços reafirma a importância de uma gestão pública responsável, integrada e comprometida com políticas sustentáveis, enquanto os reconhecimentos institucionais e prêmios demonstram que nossas práticas estão alinhadas com as melhores referências do setor.

A trajetória de 2025 também apresentou desafios que nos motivam a continuar aprimorando processos, fortalecendo a governança e intensificando o diálogo com nossas partes interessadas – colaboradores, clientes, parceiros, órgãos públicos e a sociedade civil. A manutenção de classificações de crédito sólidas e a implementação de planos estratégicos voltados à sustentabilidade são provas de que é possível integrar eficiência, transparência e responsabilidade social em cada decisão.

Olhamos para o futuro com a convicção de que a DAE Jundiaí tem um papel transformador no desenvolvimento sustentável de nossa cidade. Para os próximos anos, continuaremos a buscar soluções inovadoras, promover a inclusão social e ambiental e ampliar nossa capacidade de gerar impacto positivo nos territórios onde atuamos, sempre com foco na qualidade de vida das pessoas e na proteção dos recursos naturais que nos sustentam.

Daniel Bocalão Júnior
Diretor-Presidente



DESTAQUES DE 2025

UNIVERSALIZAÇÃO



99,14%
da população total
atendida com água
tratada*



97,09%
da população total
atendida com
tratamento de esgoto*



21 km
de remanejamento de
redes de água tratada



4
novas adutoras



5
novas redes de esgotos

*Indicadores de atendimento calculados conforme metodologia do SINISA vigente em junho de 2026.

EFICIÊNCIA OPERACIONAL E FINANCEIRA



Índice de Perdas (IPD):
23,06%



Adequação da Estação
Elevatória de Esgoto
Centenário I



Novos equipamentos no
sistema de recalque de água
bruta do Jundiaí Mirim



Revisão do Plano Estratégico



Nota **brAA** na avaliação
Austing Rating



EBITDA de
R\$ 96.537
(em milhares de reais)



Lucro líquido de
R\$ 92.286
(em milhares de reais)



NOSSA JORNADA PARA A SUSTENTABILIDADE

Sobre o Relatório

GRI 2-3, 2-5, 2-14

A DAE Jundiaí, em continuidade ao seu compromisso com a transparência, a prestação de contas e a incorporação de práticas sustentáveis à sua gestão, apresenta o Relatório de Sustentabilidade 2025. O documento reúne as principais ações, resultados e avanços relacionados aos aspectos ambientais, sociais e de governança (ESG), evidenciando a atuação da Companhia no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025.

A publicação do relatório tem periodicidade anual, em conformidade com o disposto no artigo 8º, inciso IX da Lei nº 13.303/2016, reforçando o compromisso institucional com a divulgação sistemática de informações relevantes às suas partes interessadas. O período abrangido pelo relatório está alinhado ao exercício financeiro da empresa, contribuindo para a integração entre a gestão operacional, econômica e de sustentabilidade.

A empresa possui também o Relatório de Administração, que apresenta a análise detalhada das atividades administrativas e operacionais desenvolvidas no mesmo período, consolidando as informações institucionais e o desempenho da Companhia.

Refletindo o amadurecimento de sua gestão e o compromisso com a transparência e a confiabilidade das informações, a DAE submeteu, pela primeira vez em 2025, seu Relatório de Sustentabilidade à asseguuração externa independente, conduzida pela Bureau Veritas. O processo foi realizado com nível de asseguuração limitada, de acordo com os critérios utilizados pela Bureau Veritas. A Declaração de Asseguuração Independente, que apresenta os procedimentos executados, as eventuais limitações e as conclusões do trabalho, está disponível nos anexos deste relatório. Essa decisão fundamenta-se na evolução dos processos de relato, nas melhores práticas de mercado e no atendimento às crescentes expectativas das partes interessadas. A Bureau Veritas realizou o trabalho com independência em relação à DAE e não participou da elaboração das informações avaliadas. As recomendações decorrentes do processo são reportadas à alta governança e consideradas no aprimoramento contínuo dos controles internos e da qualidade do reporte socioambiental.

Para sugestões ou dúvidas sobre o relatório, entre em contato com a DAE pelo e-mail: sustentabilidade@daejudiai.com.br.

Materialidade

GRI 3-1, 3-2, 3-3

A DAE Jundiaí realizou, em 2024, a revisão de seu processo de materialidade como parte do desenvolvimento do Plano Estratégico ESG 2025-2030, aprovado pelo Conselho de Administração no início de 2025. O processo seguiu as diretrizes do Caderno GRI 3: Temas Materiais 2021 e incorporou o conceito de dupla materialidade, contemplando tanto os impactos das atividades da empresa sobre a sociedade e o meio ambiente quanto os riscos e oportunidades que fatores externos podem representar para o negócio. A condução foi realizada pela Gerência de Gestão Ambiental, com apoio técnico da Fundação Instituto de Administração (FIA).

Como etapa inicial, foi desenvolvido um diagnóstico abrangente das operações e práticas da Companhia, incluindo visitas técnicas às áreas administrativas e operacionais, como Estações de Tratamento de Água (ETA), Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) e parques públicos sob gestão da DAE. Também foi realizado benchmarking com empresas nacionais e internacionais do setor de saneamento, com o objetivo de identificar melhores práticas, tendências e temas recorrentes. Essas atividades foram complementadas por uma enquete on-line com mais de 500 participantes, entre empregados e terceiros, permitindo mapear percepções internas sobre temas relevantes.

Na sequência, foi conduzido o processo de consulta às partes interessadas, com o objetivo de captar suas percepções, expectativas

e necessidades. Participaram colaboradores, comunidades, fornecedores, representantes do poder público e entidades ligadas à gestão das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (Bacias PCJ). A escuta foi realizada por meio de múltiplos instrumentos, incluindo análise de dados dos canais de relacionamento — como Ouvidoria, mídias sociais e Central de Atendimento —, pesquisas, workshops temáticos, entrevistas e visitas de campo. Ao todo, foram realizados workshops com a participação de diferentes partes interessadas, além de 25 entrevistas e visitas a comunidades e instalações operacionais, assegurando diversidade de perspectivas e aprofundamento das discussões.

Os dados coletados foram sistematizados e analisados sob a ótica da dupla materialidade. A dimensão de impacto avaliou os efeitos das operações da DAE sobre o meio ambiente e a sociedade, incluindo aspectos relacionados aos direitos humanos, enquanto a dimensão financeira considerou a influência de fatores ESG sobre o desempenho econômico da Companhia. A priorização dos temas ocorreu por meio de consultas estruturadas com as partes interessadas e de workshop interno voltado à avaliação dos impactos financeiros, resultando na definição dos temas mais relevantes para a estratégia organizacional.

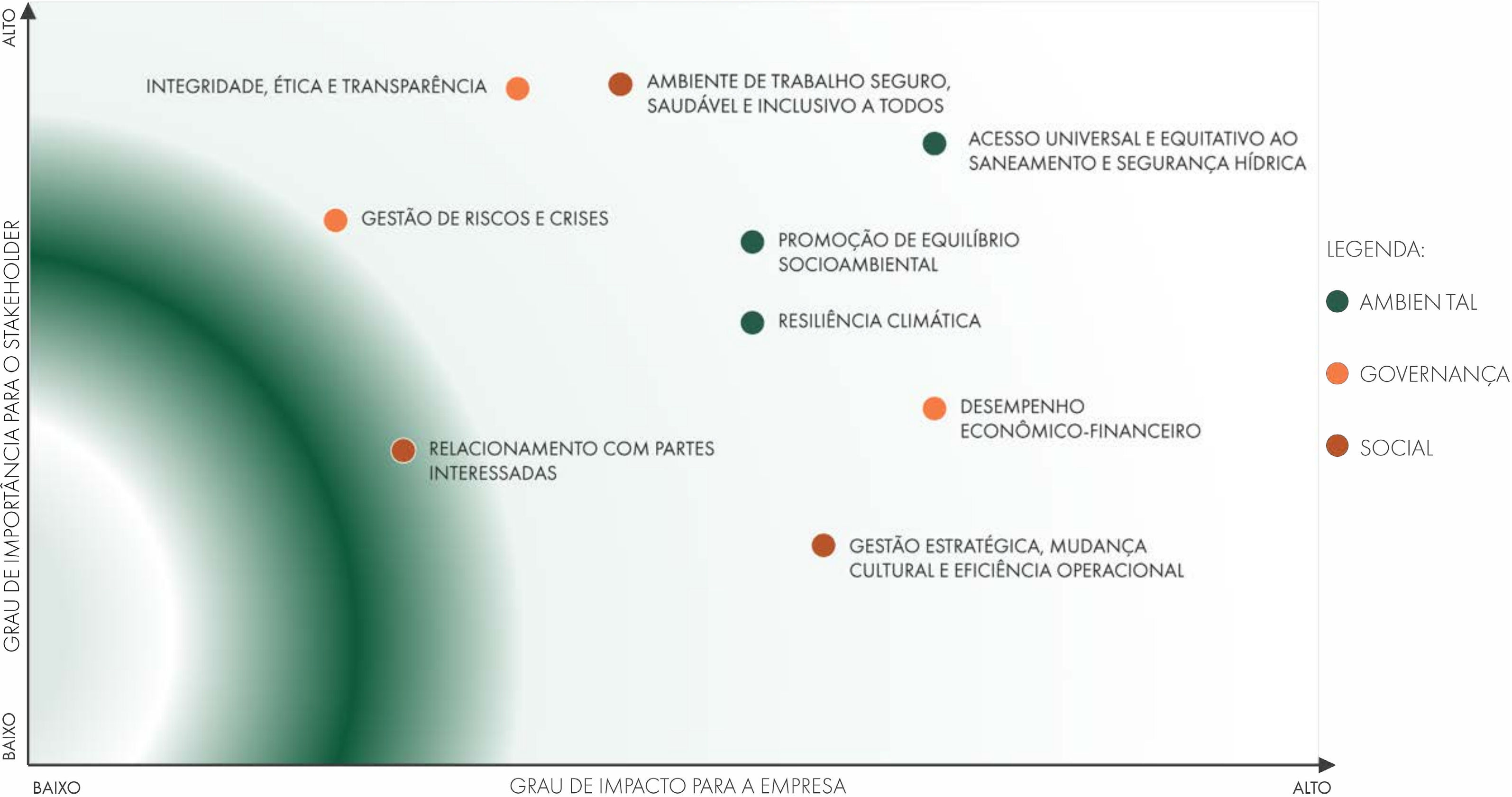
Os resultados dos processos de engajamento contribuíram para a elaboração do Plano Estratégico ESG 2025-2030 e, mais

recentemente, para o desenvolvimento do Planejamento Estratégico 2026-2036, ainda em fase de elaboração. Dessa forma, as percepções e expectativas coletadas passaram a subsidiar a definição de prioridades, iniciativas e medidas relacionadas à gestão dos temas materiais.

Internamente, essas medidas são comunicadas por meio de campanhas, palestras, capacitações, conteúdos na intranet, participação em iniciativas institucionais e grupos de trabalho. Para os públicos externos, a DAE utiliza campanhas de comunicação, comunicados institucionais e a divulgação de informações em seu site e nos canais de relacionamento. O Relatório de Sustentabilidade também constitui um dos principais instrumentos de prestação de contas sobre as ações, os resultados e os avanços relacionados aos temas materiais.

Como resultado do processo, foram definidos nove temas materiais, aprovados pelo Conselho de Administração, considerando como limiar de corte a pontuação de 15,2. Assim, os temas com resultado igual ou superior a esse valor foram classificados como prioritários e passaram a orientar o planejamento e a gestão da sustentabilidade da DAE Jundiaí, conforme apresentado na matriz a seguir:

MATRIZ DE MATERIALIDADE





Compromisso com o acesso universal ao saneamento, garantindo segurança hídrica para a população e contribuindo para a saúde pública.



Implementação de uma gestão eficaz e mudanças culturais para melhorar a eficiência e atender novas exigências do setor, promovendo uma operação mais humana e orientada por valores e propósito coletivo.



Sustentabilidade financeira que assegura o uso responsável de recursos e permite investimentos para expansão e melhorias.



Preparação para enfrentar os impactos das mudanças climáticas, garantindo a continuidade da operação e a proteção contra eventos extremos.

TEMAS MATERIAIS



Estrutura robusta para identificar e mitigar riscos, assegurando a continuidade dos serviços e a proteção da empresa contra eventos adversos.



Promoção de práticas que minimizam o impacto ambiental e contribuem para a responsabilidade social e ambiental da operação.



Compromisso com altos padrões éticos e transparência, com a justiça e o bem comum, fortalecendo a confiança da sociedade e garantindo conformidade.



Foco em um ambiente de respeito, pertencimento e engajamento, que valoriza a segurança, saúde e inclusão dos colaboradores.



Construção de relações de confiança e diálogo aberto com as partes interessadas, assegurando que as operações reflitam os interesses da sociedade e fortalecendo conexões que vão além do negócio.

Em relação ao ciclo anterior, a atualização da materialidade refletiu o aprimoramento das análises e o alinhamento às transformações do contexto regulatório, ambiental e social. A nova matriz fortalece a integração dos aspectos ESG à estratégia da Companhia, direcionando prioridades, apoiando a gestão de riscos e oportunidades e contribuindo para a geração de valor sustentável no longo prazo.

EVOLUÇÃO DA MATERIALIDADE

Tema do ciclo anterior	Tratamento em 2025	Tema material de 2025	Justificativa	Impactos
Universalização dos serviços de saneamento	Ampliado e reformulado	Acesso universal e equitativo ao saneamento e segurança hídrica	A nova denominação integra a expansão dos serviços, a equidade territorial e econômica do acesso ao saneamento, a disponibilidade de água e a continuidade dos serviços.	○ acesso universal ao saneamento e a segurança hídrica promovem a saúde pública e o desenvolvimento sustentável. Entretanto, riscos operacionais e barreiras de acesso físico e econômico podem comprometer a expansão dos serviços de maneira equitativa, especialmente em regiões mais distantes e para famílias em situação de vulnerabilidade
Gestão da água e segurança hídrica	Incorporado a tema mais abrangente	Acesso universal e equitativo ao saneamento e segurança hídrica	○ tema passou a combinar a gestão hídrica com o acesso universal e os efeitos sobre a saúde pública.	
Eficiência das operações	Ampliado e reformulado	Gestão estratégica, mudança cultural e eficiência operacional	○ novo processo identificou que a eficiência depende também de planejamento, cultura organizacional, gestão de pessoas e adaptação às mudanças do setor.	A gestão estratégica, mudança cultural e eficiência operacional na DAE Jundiá promovem impactos positivos ao fortalecer uma cultura humanizada, ampliar a segurança dos trabalhadores, aprimorar a governança e consolidar o papel da empresa como parceira da saúde pública. Entretanto, falhas na condução estratégica podem gerar desorientação da força de trabalho, ruídos de comunicação, ineficiências operacionais e desvalorização das pessoas.
Desempenho econômico-financeiro	Mantido, com ajuste de nomenclatura	Desempenho econômico-financeiro	Permaneceu material por sua relação com a continuidade dos serviços, os investimentos e a sustentabilidade financeira.	A sólida saúde econômico-financeira da DAE Jundiá contribui para a sustentabilidade do negócio ao garantir equilíbrio financeiro, capacidade de investimento e continuidade dos serviços. Entretanto, desafios relacionados à gestão financeira podem comprometer a eficiência operacional, a credibilidade institucional e a capacidade de expansão da empresa.

EVOLUÇÃO DA MATERIALIDADE

Tema do ciclo anterior	Tratamento em 2025	Tema material de 2025	Justificativa	Impactos
Estratégia climática	Reformulado	Resiliência climática	O foco foi ampliado da gestão de emissões para a avaliação dos impactos das mudanças climáticas, reforçando o compromisso com a antecipação de riscos, a adaptação e a mitigação de seus efeitos.	A gestão da resiliência climática na DAE Jundiá fortalece a prevenção de riscos socioambientais, protege a saúde pública, assegura a continuidade do abastecimento hídrico e incentiva a transição para energias renováveis. Entretanto, eventos climáticos extremos, como secas e tempestades, podem comprometer a operação dos sistemas, causar danos à infraestrutura e demandar elevados investimentos em adaptação.
Impacto e proteção ambiental	Ampliado e reformulado	Promoção de equilíbrio socioambiental	Reforça a necessidade de integrar os aspectos socioambientais às práticas de governança e planejamento estratégico.	A promoção do equilíbrio socioambiental na DAE Jundiá contribui para a gestão adequada de resíduos, a educação ambiental e o fortalecimento de parcerias e boas práticas na cadeia de valor. Entretanto, a expansão da infraestrutura e a operação podem gerar impactos negativos sobre a biodiversidade, como a supressão de vegetação e alterações nos ecossistemas locais.
Relacionamento com a comunidade	Ampliado	Relacionamento com partes interessadas	O escopo passou a incluir as demais partes interessadas, representando a compromisso de construir a escuta democrática e diálogo contínuo.	O engajamento com stakeholders gera impactos positivos ao fortalecer a transparência, a confiança e a gestão de riscos reputacionais, promovendo relacionamentos colaborativos e uma escuta ativa da sociedade. Entretanto, a ausência de mecanismos estruturados de diálogo pode dificultar a identificação de demandas críticas, elevar o número de manifestações em canais de comunicação e em órgãos reguladores, gerar custos com indenizações socioambientais e comprometer a credibilidade institucional.

EVOLUÇÃO DA MATERIALIDADE

Tema do ciclo anterior	Tratamento em 2025	Tema material de 2025	Justificativa	Impactos
Novos negócios e serviços	Incorporado a outros temas	"Gestão estratégica, mudança cultural e eficiência operacional Acesso universal e equitativo ao saneamento e segurança hídrica Desempenho econômico-financeiro"	Inovação e novos serviços permaneceram relevantes, mas foram tratados como meios para alcançar eficiência, universalização do saneamento e sustentabilidade financeira.	
Não havia tema autônomo equivalente	Incluído	Gestão de riscos e crises	Tornou-se tema material em razão da necessidade de fortalecer prevenção, contingência, continuidade operacional e resposta a eventos adversos.	A gestão de riscos e crises na DAE Jundiá fortalece a proteção das infraestruturas críticas, assegura a continuidade dos serviços e promove a governança, a transparência e a confiança de clientes e reguladores. Entretanto, falhas operacionais e eventos críticos podem causar impactos ambientais, danos patrimoniais e interrupções dos serviços, além de gerar elevados custos de reparação.
Ética e integridade eram tratadas no relato, mas não como tema material autônomo	Incluído	Integridade, ética e transparência	Foi elevado a tema material por sua relevância para conformidade, confiança pública e governança.	A gestão de integridade, ética e transparência na DAE Jundiá fortalece a segurança jurídica, a equidade, o combate aos assédios e a inclusão social, ampliando a credibilidade da empresa perante a sociedade. Entretanto, falhas na governança podem favorecer práticas irregulares, gerar ações judiciais, comprometer a imagem e a credibilidade institucional, além de desmotivar a força de trabalho e elevar os custos operacionais.
Saúde, segurança, diversidade e inclusão eram tratadas em indicadores, mas não reunidas em um tema material autônomo	Incluído	Ambiente de trabalho seguro, saudável e inclusivo a todos	A auscultação identificou impactos relevantes relativos segurança física e mental dos funcionários, promoção de diversidade e inclusão.	A promoção de um ambiente de trabalho seguro e inclusivo gera impactos positivos ao fortalecer o bem-estar físico e mental dos colaboradores, incentivar a diversidade e valorizar as pessoas. Entretanto, desafios relacionados à segurança, acessibilidade e inclusão podem resultar em acidentes de trabalho, aumento do absenteísmo e impactos negativos no clima e na eficiência organizacional.

Participações Institucionais

GRI 2-28

A DAE Jundiaí mantém atuação alinhada aos princípios do desenvolvimento sustentável, incorporando diretrizes reconhecidas internacionalmente à sua estratégia e às suas práticas institucionais. Desde 2023, a Companhia integra o **Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU)**, assumindo o compromisso de internalizar os Dez Princípios relacionados a direitos humanos, relações de trabalho, proteção ambiental e combate à corrupção, além de contribuir para o avanço dos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**.

No âmbito setorial, a DAE participa ativamente de fóruns e entidades técnicas voltadas à gestão de recursos hídricos e ao saneamento, com destaque para sua atuação no Consórcio PCJ e nas Câmaras Técnicas dos Comitês das bacias PCJ. Essas instâncias promovem a gestão integrada dos recursos hídricos, a proteção dos mananciais e a articulação entre diferentes atores institucionais. Ainda, a DAE também mantém relacionamento institucional com a ARES-PCJ, responsável pela regulação dos serviços de saneamento, e com o sindicato representativo dos trabalhadores (SINDAE), promovendo o diálogo e a interlocução sobre temas de interesse dos empregados.

A Companhia também é ligada à **Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE)** e à **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES)**, contribuindo para o intercâmbio de experiências, o desenvolvimento técnico e o fortalecimento das políticas públicas de saneamento.

Adicionalmente, a DAE Jundiaí participa de instâncias colegiadas de caráter deliberativo e consultivo, representando o município no **Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH)**, no **Conselho Estadual de Saneamento (CONESAN)** e no **Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA)**. Essa atuação reforça o papel da Companhia na governança dos recursos hídricos e na promoção de práticas sustentáveis em nível local e regional.



The background image shows a wall at the Anhangabaú Water Treatment Station (ETA-A). The wall is covered in colorful murals, including a large yellow fish-like figure on the left and a red and green circular design on the right. A sign on the left reads "ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DO ANHANGABAÚ" and "ETA-A".

GOVERNANÇA E CULTURA DE INTEGRIDADE

SOLIDEZ INSTITUCIONAL

Sobre a DAE Jundiaí

GRI 2-1, 2-6

A DAE S/A – Água e Esgoto (DAE Jundiaí) é uma sociedade de economia mista de capital fechado, integrante da administração indireta do Município de Jundiaí, tendo como principal acionista a Prefeitura Municipal, detentora de aproximadamente 99% de seu capital social. Instituída pela Lei Municipal nº 5.307/1999, a Companhia é regida pelas disposições legais aplicáveis às sociedades por ações e pela Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), que orienta sua atuação com foco em governança, transparência e integridade.

Com sede localizada na Avenida Alexandre Ludke, nº 1.500, em Jundiaí (SP), a DAE é responsável pela prestação dos serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, atendendo à população urbana e rural do município com elevados níveis de cobertura.

Desde 2014, suas atividades são reguladas pela Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (ARES-PCJ), assegurando a conformidade com as normas técnicas e regulatórias do setor. A atuação da Companhia está alinhada ao Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), instituído pela Lei Municipal nº 8.881/2017, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Saneamento Básico, o que orienta uma abordagem integrada e de longo prazo para a gestão dos serviços.



MISSÃO, VISÃO E VALORES

Ao longo de 2025, a Companhia conduziu a revisão de sua missão, visão e valores, anteriormente definidos em um contexto distinto de gestão. O processo foi desenvolvido de forma participativa, com envolvimento dos colaboradores, buscando refletir de maneira mais precisa o posicionamento atual da DAE.

O NOVO CONCEITO DA CULTURA ORGANIZACIONAL INCLUI A INTEGRAÇÃO ENTRE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, EFICIÊNCIA OPERACIONAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL; AMPLIA O ESCOPO DE ATUAÇÃO, INCLUINDO TEMAS COMO REÚSO DE ÁGUA E GESTÃO DE RESÍDUOS; E VALORIZA AS PESSOAS COMO ELEMENTO CENTRAL DA ESTRATÉGIA. A APROVAÇÃO FORMAL DESSAS DIRETRIZES OCORREU NO INÍCIO DE 2026.

MISSÃO

Promover saneamento com qualidade e eficiência, garantindo o acesso à água e ao esgotamento sanitário como base para a saúde, qualidade de vida, desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental, com respeito a todas as pessoas e ao meio ambiente.

VISÃO

Ser referência nacional em saneamento sustentável, reconhecida pela excelência, valorização das pessoas e inovação, assegurando a universalização dos serviços com resiliência hídrica e resultados consistentes para todos os públicos.

VALORES

Sempre agir com Ética: expressa o compromisso com integridade, honestidade, transparência pública e responsabilidade na condução das atividades. Na DAE, isso se traduz em decisões orientadas por critérios claros, rastreáveis e alinhados às normas, desde compras e contratos até obras, manutenção, medições, cobranças e atendimento ao cliente. A DAE valoriza as relações humanas de modo a garantir plenitude de vida.

A Força de Nossa Gente: reconhece que a DAE só cumpre sua missão porque é sustentada por pessoas – equipes técnicas e administrativas, no campo e no escritório, que fazem o saneamento acontecer todos os dias. É valorizar respeito, colaboração e confiança, investindo em segurança, desenvolvimento e condições de trabalho para que cada pessoa possa entregar o seu melhor. Esse valor orienta relações baseadas em dignidade, inclusão e valorização, com atenção especial às condições de trabalho, ao clima organizacional e ao desenvolvimento de competências.

Saneamento que inova e transforma: assume o compromisso com a melhoria contínua dos serviços, combinando excelência operacional com inovação. Busca soluções inteligentes para garantir qualidade, eficiência e confiabilidade do saneamento. Estimula a modernização tecnológica, a melhoria dos processos e a inovação em tecnologias para eficiência e segurança.

Segurança é vida: afirma o caráter essencial e sensível dos serviços prestados pela DAE e reforça a prioridade absoluta da segurança das pessoas, colaboradoras e cidadãos. Esse valor orienta decisões de prevenção e gestão de riscos em atividades como obras, escavações, operação de redes, manutenção de adutoras, atuação em estações e gestão de barragens.

Preservar para o Futuro: expressa o compromisso da DAE com a responsabilidade socioambiental, incluindo biodiversidade, e com a resiliência hídrica do município, conectando operação e território. Na prática, orienta a proteção de mananciais, o uso eficiente da água, a redução de perdas, o tratamento adequado de efluentes e a mitigação de impactos ambientais, articulando-se a ações de educação e conscientização ambiental.

Governança

GRI 2-9, 405-1

A DAE Jundiaí possui uma estrutura de governança corporativa alinhada à legislação aplicável às empresas de economia mista, com definição de responsabilidades entre os órgãos de deliberação, administração e fiscalização. No topo dessa estrutura está a Assembleia Geral, órgão máximo de decisão, responsável pelas deliberações estratégicas e institucionais relativas ao objeto social da Companhia.

A estrutura de governança incorpora os princípios de sustentabilidade às diretrizes e aos processos de decisão. O Conselho de Administração atua na definição do planejamento estratégico, na aprovação de políticas e no acompanhamento do planejamento e dos investimentos, além de zelar pelo cumprimento das obrigações legais. Também é responsável pela aprovação do Relatório de Sustentabilidade e da Carta Anual de Governança e Políticas Públicas.

O Conselho de Administração é colegiado e não executivo, responsável pela definição das diretrizes gerais, dos planos de negócios e dos investimentos, bem como pela supervisão da atuação da Diretoria Executiva. O Conselho é composto por membros eleitos com mandato de dois anos, permitidas reconduções, e conta com a participação de representante dos empregados, eleito por votação direta.

Reforçando seu compromisso institucional com a diversidade e a inclusão, a DAE Jundiaí aprovou, em dezembro de 2025, sua Política de Equidade de Gênero, elaborada de acordo com as diretrizes da Lei nº 15.177/2025. A Política prevê a ampliação progressiva da participação de mulheres no Conselho de Administração, com acompanhamento interno a partir dos processos de elegibilidade e indicação de conselheiros. Como reflexo desse movimento, em 2026, haverá a eleição de uma mulher para integrar o Conselho de Administração da Companhia. Em 2025, o colegiado era composto

exclusivamente por homens, dos quais aproximadamente 71% tinham mais de 50 anos.

A estrutura de governança é apoiada por órgãos de assessoramento ao Conselho de Administração:

- **Comitê de Elegibilidade:** responsável pela verificação de conformidade das indicações à Alta Administração;
- **Comitê de Auditoria:** atua com autonomia no monitoramento de controles internos, auditorias e canal de denúncias;
- **Comitê de Ética:** responsável pela avaliação de conformidade com o Código de Conduta e pela apuração de denúncias;
- **Conselho Fiscal:** exerce a função de fiscalização independente,

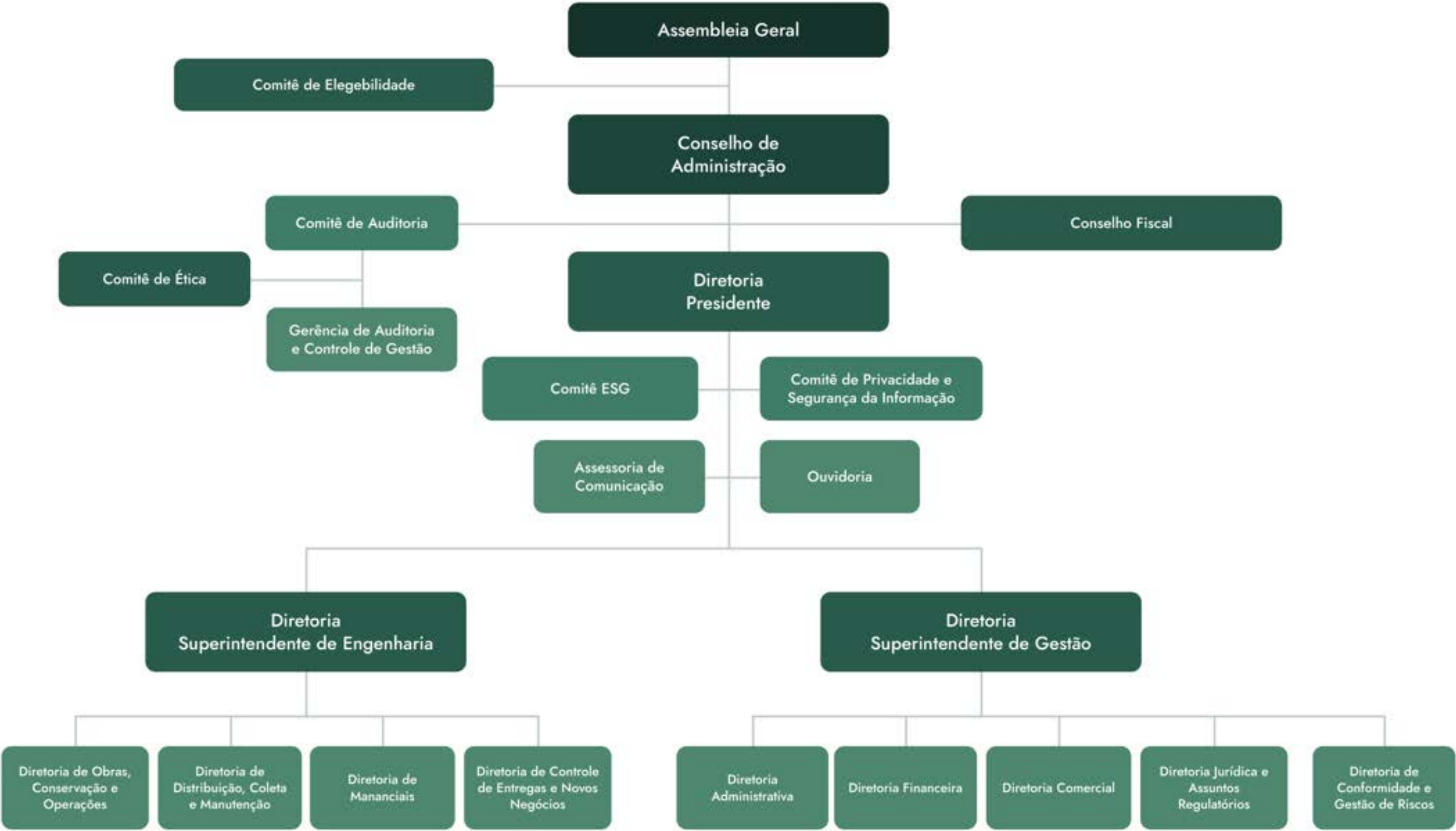
monitorando riscos e a conformidade da gestão.

Em 2025, a Companhia instituiu o Comitê ESG em sua estrutura formal, vinculado à Alta Administração. O modelo adotado prioriza a participação ativa dos colaboradores, com liderança não vinculada diretamente à superintendência, fortalecendo o engajamento interno e promovendo maior senso de pertencimento na construção das iniciativas de sustentabilidade. Essa abordagem busca consolidar as diretrizes ESG (sigla em inglês para Environmental, Social and Governance) como um elemento transversal à gestão, integrando aspectos ambientais, sociais e de governança aos processos decisórios e à cultura organizacional, e não como uma iniciativa isolada.

NOME DO CONSELHEIRO		CARGO	MANDATO	
1	Messias Mercadante de Castro	Presidente do Conselho de Administração	29/04/2025	28/04/2027
2	José Roberto Kassai	Membro	11/03/2025	10/03/2027
3	Fernando Ungaro	Membro Independente	01/04/2025	31/03/2027
4	Wagner Vieira Chachá	Membro Independente	01/04/2025	31/03/2027
5	Luiz Roberto Del Gelmo	Membro - Presidente da Companhia	26/03/2025	03/02/2026
6	Daniel Lunardi Petrin	Membro	05/05/2025	04/05/2027
7	Felipe Oshiro	Membro Representante dos Funcionários	09/09/2024	08/09/2026

Nota: Em 2025, os conselheiros Eduardo Santos Palhares, Luisa Cóstola Albuquerque e Walter da Costa e Silva Filho deixaram o Conselho de Administração, sendo Luiz Roberto Del Gelmo eleito e os demais conselheiros reconduzidos.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA | DAE JUNDIAÍ



A Diretoria Executiva, órgão responsável pela administração e representação da Companhia, assegura a execução das diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração. Composta por 12 diretores, com mandato de dois anos e possibilidade de recondução, atua no direcionamento e execução das diretrizes estratégicas em ações operacionais, incluindo o acompanhamento dos impactos econômicos, sociais, ambientais e de governança. Além disso, propõe e implanta políticas e instrumentos relacionados à sustentabilidade, à gestão de riscos, à integridade e aos controles internos.

Em 2025, a Diretoria Executiva apresentou uma participação feminina de 36% e 45% dos membros com idade superior a 50 anos. Não foram identificados compromissos externos que comprometam a independência ou a atuação dos integrantes do colegiado.

O modelo organizacional da DAE possibilita a integração entre funções estratégicas, operacionais e de controle, contribuindo para a eficiência da gestão, a mitigação de riscos e o alinhamento das atividades da Companhia às diretrizes de governança, conformidade e sustentabilidade.

Em 2025, houve a reestruturação das atribuições entre as diretorias técnicas, com o objetivo de tornar a gestão mais eficiente e alinhada às necessidades operacionais. Entre as principais mudanças, destacam-se: redefinição das responsabilidades entre as áreas de operação, manutenção e obras; criação de uma diretoria focada na distribuição de água, coleta e manutenção, aproximando a gestão das demandas da população; e reorganização da área de operações para atuação mais direcionada à execução de obras e conservação dos ativos.

Nomeação dos órgãos de governança

GRI 2-10, 2-11

A composição do Conselho de Administração é definida pela Assembleia Geral, assegurando a participação dos acionistas e de um representante dos empregados, conforme disposto no Estatuto Social e na Lei nº 12.353/2010. A estrutura do colegiado observa os requisitos da Lei nº 13.303/2016, incluindo a participação mínima

NOME DO DIRETOR		CARGO	MANDATO	
1	Luiz Roberto Del Gelmo	Diretor-Presidente	02/01/2025	03/02/2026
2	João José Viveiros	Diretor Superintendente de Engenharia	02/01/2025	01/01/2027
3	Helen Cappelletti de Lima	Diretora Superintendente de Gestão	02/01/2025	01/01/2027
4	Ulisses Nicioli Júnior	Diretor de Obras, Conservação e Operações	31/01/2025	30/01/2027
5	Antônio Carlos Chequin	Diretor de Distribuição, Coleta e Manutenção	31/01/2025	30/01/2027
6	Eloi de Castro Neto	Diretor Administrativo	02/12/2025	01/12/2027
7	Nadia Zacharczuk	Diretora de Mananciais	06/03/2025	05/03/2027
8	James César Carrion	Diretor de Controle de Entregas e Novos Negócios	01/06/2024	31/05/2026
9	Luiz Fernando Camargo Petroni	Diretor Financeiro	12/03/2025	11/03/2027
10	Karin Palhares Koper	Diretora Jurídica e de Assuntos Regulatórios	02/01/2025	01/01/2027
11	Gisele Schmidt Hassum	Diretora de Conformidade e Gestão de Riscos	02/01/2025	01/01/2027
12	Em vacância	Diretor Comercial		

Nota: Em 2025, as diretorias foram reestruturadas devido a mudança de gestão da Prefeitura Municipal de Jundiáí, sendo que a Diretoria Comercial permaneceu em vacância.

de 25% de conselheiros independentes, além de critérios objetivos de independência e vedações voltadas à prevenção de conflitos de interesse e interferências político-partidárias.

Os membros devem possuir reputação íntegra, formação acadêmica compatível e experiência profissional relevante em áreas relacionadas à atuação da Companhia, incluindo setor público, setor privado, docência, pesquisa ou atividades profissionais correlatas. A Assembleia Geral é instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, indicado pelo acionista controlador e eleito pelos acionistas, sendo vedada a acumulação dessa função com o cargo de Diretor-Presidente, em conformidade com o [Estatuto Social](#).

Remuneração da Alta Administração

GRI 2-19, 2-20, 2-21

A política de remuneração dos membros do mais alto órgão de governança e da Alta Administração da DAE Jundiá é definida pela Assembleia Geral, em conformidade com o Estatuto Social, o Regimento Interno da Companhia e o artigo 152 da Lei nº 6.404/1976, além de considerar critérios como as responsabilidades inerentes aos cargos, o tempo de dedicação, a qualificação profissional e as práticas de mercado.

As opiniões das partes interessadas são consideradas por meio das deliberações da Assembleia Geral e das discussões no âmbito da referida comissão. Não há participação de consultores externos na definição da remuneração, sendo o processo conduzido integralmente pelas instâncias internas de governança da Companhia.

A DAE adota um modelo de remuneração exclusivamente fixa para os membros do Conselho de Administração e da Alta Administração, sem previsão de componentes variáveis, bônus por desempenho, incentivos de contratação ou benefícios específicos de aposentadoria. Também não são aplicáveis mecanismos de devolução de valores (clawback), enquanto eventuais pagamentos rescisórios seguem

as disposições previstas na legislação vigente. Nesse contexto, a remuneração desses públicos não está vinculada ao desempenho em metas ESG nem à gestão dos impactos econômicos, ambientais e sociais da Companhia.

A remuneração dos membros dos órgãos estatutários é estabelecida com base em percentuais da remuneração do Diretor-Presidente, que não é remunerado pela participação no Conselho de Administração. Os percentuais adotados correspondem a 20% para os membros do Conselho de Administração, 25% para o Comitê de Auditoria e 10% para o Conselho Fiscal, conforme previsto na legislação. Nos casos de participação em mais de um órgão, não é permitida a acumulação de remunerações.

Os pagamentos rescisórios seguem estritamente os parâmetros legais, não sendo previstos benefícios adicionais ou valores excedentes, inclusive em situações de desligamento ou aposentadoria. As diretrizes da política de remuneração anual estão previstas no Estatuto Social da Companhia e são disponibilizadas no Portal da Transparência.

PROPORÇÃO ENTRE REMUNERAÇÃO TOTAL ANUAL DO INDIVÍDUO MAIS BEM PAGO E A MÉDIA SALARIAL DE TODOS OS DEMAIS EMPREGADOS [2-21]

Celestistas	4,7
Estatutários	2,34

Nota: A DAE Jundiá conta com dois regimes de trabalho (celetista e estatutário). O motivo da diferença na proporção de salários entre ambos os regimes se deve ao valor de teto dos empregados estatutários, que está diretamente atrelado ao subsídio do Prefeito Municipal. O indivíduo mais bem pago da organização não necessariamente é o Diretor-Presidente.

Nota: A remuneração total inclui salário base, horas extras, gratificações de função, auxílio creche, auxílio transporte (somente para celetistas), adicionais de salário (tempo de serviço, sexta parte, periculosidade, insalubridade), férias, 13º salário, limbo previdenciário, licença-maternidade (5º e 6º mês) e indenizações (aviso prévio ou outro que houver).



Transformações estratégicas

A DAE Jundiá estrutura a gestão estratégica, mudança cultural e eficiência operacional com base em instrumentos formais de governança, como Estatuto Social e Regimento Interno, Código de Conduta e Integridade, Política de Integridade e Compliance, Plano Estratégico ESG (2025-2030) e Relatórios de Sustentabilidade elaborados conforme as diretrizes GRI e Diretrizes da Lei nº 13.303/2016 e Lei nº 11.445/2007.

O ano de 2025 foi marcado por mudanças significativas na estrutura de governança e no direcionamento estratégico da DAE Jundiá, em função da transição da administração municipal e da renovação da alta liderança da Companhia. A posse do novo presidente, aliada à reconfiguração do Conselho de Administração e à substituição

da maior parte do corpo diretivo, resultou em um processo de reestruturação organizacional e revisão das diretrizes estratégicas.

A DAE também iniciou a revisão do plano estratégico vigente (2025-2030), originalmente estruturado sob uma lógica predominantemente orientada à engenharia. A partir da nova gestão, o objetivo é reequilibrar as prioridades institucionais, incorporando de forma mais integrada aspectos relacionados a pessoas, meio ambiente, tecnologia e sustentabilidade econômico-financeira.

O processo envolveu reavaliação de metas e iniciativas estratégicas, priorização de objetivos mais aderentes à capacidade de execução no curto e médio prazo e alinhamento entre planejamento estratégico, indicadores de desempenho e instrumentos de gestão interna. Nesse contexto, destaca-se o estudo para implantação do Programa de Participação nos Resultados (PPR), que vai incorporar indicadores

operacionais, como redução de perdas e absenteísmo, promovendo maior alinhamento entre desempenho institucional e engajamento dos colaboradores.

A reestruturação organizacional também envolveu ajustes na distribuição de atribuições entre diretorias, com destaque para: integração de assuntos regulatórios à diretoria jurídica; redistribuição das funções relacionadas a novos negócios e controle de entregas; e reestruturação da área comercial, com divisão de responsabilidades para melhoria do atendimento ao cliente. O objetivo é aumentar a eficiência da gestão, reduzir sobrecargas operacionais e alinhar competências técnicas às respectivas áreas de atuação.

POLÍTICAS CORPORATIVAS



CONFIANÇA E TRANSPARÊNCIA

GRI 205-1, 205-2, 205-3, 406-, GRI 2-12, 3-3 – Integridade, Ética e Transparência, 3-3 – Gestão de Riscos e Crises

Em 2025, a DAE Jundiá deu continuidade ao fortalecimento das práticas de conformidade e gestão de riscos, com foco na ética, na transparência e na prevenção de riscos corporativos, além de priorizar a redução de impactos e o aprimoramento dos controles internos. A condução dessas atividades é realizada pela Diretoria de Conformidade e Gestão de Riscos, vinculada à Presidência, garantindo atuação integrada em toda a empresa.

As ações de integridade da DAE Jundiá seguem as diretrizes do Programa de Integridade e do Código de Conduta e Integridade, que orientam o comportamento de empregados, administradores e terceiros, em conformidade com a legislação vigente, sendo o tema de corrupção tratado dentro do próprio Código de Conduta. A empresa mantém auditorias, comitês e rotinas de acompanhamento que abrangem tanto as operações quanto às relações com terceiros. Em 2025, não foram registrados casos relacionados a esse tema.

No campo preventivo, são realizados treinamentos periódicos e ações de conscientização sobre ética e conformidade, incluindo a adesão ao Código de Conduta, que estabelece, entre outras atribuições, a proibição de qualquer forma de discriminação. Em todas as contratações, os fornecedores são orientados e formalizam a ciência do Código de Conduta e Integridade e demais documentos aplicáveis. Além disso, os prepostos de fornecedores com contratos de fornecimento de mão de obra também são convidados para capacitação sobre o tema. No entanto, a DAE não possui o registro quantitativo de terceirizados que foram impactados diretamente.

Durante o ano, foi realizada a Semana da Conformidade – com foco na conduta individual e no ambiente de trabalho, contribuindo para o engajamento das equipes –, além de treinamentos voltados a lideranças.

EMPREGADOS CAPACITADOS EM COMBATE À CORRUPÇÃO POR CATEGORIA FUNCIONAL [205-2]

	2022		2023		2024		2025	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Diretores	9	82%	9	82%	10	83%	12	109%*
Gerentes	21	88%	22	92%	20	80%	29	97%
Outras funções de liderança	95	93%	103	94%	101	92%	109	87%
Especialista administrativo	66	97%	66	93%	71	99%	61	102%*
Especialista operacional	2	67%	7	78%	9	90%	13	87%
Administrativo	31	86%	34	92%	32	82%	22	85%
Operacional	238	84%	258	88%	276	92%	249	85%
Total	462	88%	499	90%	519	92%	495	88%

Nota: Foram considerados os funcionários dos regimes (CLT e estatutário) que participaram dos eventos da Semana de Conformidade e treinamentos obrigatórios de Código de Conduta e Integridade. Foram desconsiderados aprendizes, estagiários e conselheiros.

Em 2025, a diferença de cobertura acima de 100% decorre da necessidade de realizar nova convocação no ano seguinte para empregados que, no período de convocação (2024), estavam em férias ou afastamento médico.



Diretrizes de Conduta

GRI 2-15, 2-16, 2-26

O Código de Conduta e Integridade veda a participação de empregados, administradores, colaboradores temporários e terceiros em situações que possam gerar conflito entre interesses pessoais e os da empresa. O documento também orienta sobre padrões de comportamento e estabelece diretrizes relacionadas ao cumprimento da legislação, à proteção de dados e à proibição de práticas como trabalho infantil ou análogo ao escravo.

Já a Política de Transações com Partes Relacionadas define procedimentos para a tomada de decisão e o acompanhamento dessas operações, assegurando conformidade com a legislação e com as práticas contábeis. Aprovada pelo Conselho de Administração em dezembro de 2025, a Política de Conflito de Interesses, por sua vez, estabelece diretrizes para prevenir, identificar e tratar situações que possam comprometer a imparcialidade nas relações institucionais, abrangendo empregados, Alta Administração, fornecedores e demais partes relacionadas.

Esses instrumentos preveem medidas para o tratamento de conflitos reais ou potenciais com a devida comunicação às partes envolvidas. As transações com partes interessadas são divulgadas nas demonstrações financeiras, conforme exigências legais, após análise do Comitê de Auditoria.

A DAE Jundiá mantém um Canal de Denúncias, disponível ao público interno e externo, para o registro de irregularidades, desvios de conduta e violações normativas. O canal é operado por empresa independente, com garantia de anonimato e confidencialidade. Após análise inicial, os relatos, quando aplicáveis, são encaminhados para apuração pelo Comitê de Ética e encaminhados para Alta Administração, para deliberação das tratativas. O acompanhamento é realizado por meio de relatórios periódicos encaminhados ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração.



Programa de Integridade

GRI 2-23, 2-24, 2-25, 2-26, 2-27

Em 2025, a DAE Jundiá seguiu no aprimoramento de seu Programa de Integridade, com foco na consolidação de normas, capacitação e fortalecimento dos mecanismos de controle. O programa está alinhado às Leis nº 12.846/2013 e nº 13.303/2016 e estabelece diretrizes para prevenção e combate à corrupção, apoiado por políticas e instrumentos internos.

A Companhia também possui o Programa de Compliance, estruturado em dez pilares, que incluem o comprometimento da Alta Administração, a gestão de riscos, os controles internos, a auditoria, o Canal de Denúncias e a promoção da diversidade e inclusão.

A disseminação das diretrizes ocorre por meio de ações contínuas de comunicação e treinamentos, e os documentos institucionais são disponibilizados em canais internos e externos. Os fornecedores e prestadores de serviços também devem declarar ciência do Código de Conduta, ampliando a aplicação dessas diretrizes na cadeia de valor.

Gestão de riscos e impactos

GRI 2-12, 2-13

A gestão de riscos e impactos na DAE Jundiá é conduzida com base na Política de Gestão de Riscos Corporativos, que integra o tema à governança e ao processo de tomada de decisão estratégica da Companhia. A política estabelece critérios para avaliação dos riscos considerando impacto e probabilidade, além de orientar a definição de planos de ação, o monitoramento contínuo e o reporte sistemático das informações.

A Matriz de Riscos Corporativos, alinhada à ISO 31.000:2018,

constitui o principal instrumento de gestão do tema, contemplando impactos nas dimensões econômica, ambiental e social. Sua aprovação ocorre periodicamente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, que acompanham os resultados, fiscalizam a atuação da gestão e deliberam sobre temas estratégicos relacionados aos riscos corporativos. A matriz também orienta as atividades de auditoria interna e contribui para o fortalecimento dos controles internos da organização.

A Diretoria Executiva, por meio das áreas responsáveis e dos líderes de riscos designados, responde pela identificação, análise, avaliação, monitoramento e tratamento dos riscos associados às atividades da Companhia. O processo de governança contempla práticas estruturadas para acompanhamento dos impactos e controles, assegurando maior integração entre as áreas e alinhamento à estratégia corporativa.

Desde 2021, a DAE Jundiá utiliza um sistema informatizado de gestão de riscos, que permite o acompanhamento estruturado por área, em conformidade com a política corporativa e o apetite de risco da organização. Ao longo de 2025, a Companhia avançou no aprimoramento desse processo, promovendo capacitações voltadas às lideranças, treinamentos para utilização da ferramenta e melhorias no monitoramento e acompanhamento dos planos de ação.

O monitoramento e o reporte dos riscos são realizados por meio de relatórios consolidados elaborados pela Diretoria de Conformidade e Gestão de Riscos, com base nos registros efetuados no sistema corporativo. Impactos relevantes e eventos significativos são comunicados à Alta Administração e ao Conselho de Administração, assegurando transparência e acompanhamento contínuo do processo. Complementarmente, o Plano Estratégico ESG 2025-2030 reúne indicadores e iniciativas voltadas à sustentabilidade e à mitigação de impactos nas operações da Companhia.

No período do relato, não houve registro de casos significativos de não conformidade com leis ou regulamentos, evidenciando a efetividade dos mecanismos de prevenção, monitoramento e controle adotados pela organização. A DAE Jundiá mantém estrutura para análise de solicitações relacionadas a ocorrências envolvendo obras e operações, além de desenvolver iniciativas de mobilização comunitária com participação de comitês e comissões internas.

Segurança da informação

A gestão da segurança da informação é conduzida em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), com estrutura dedicada à governança de dados pessoais. Entre os principais destaques estão o mapeamento e inventário de dados pessoais, a definição de bases legais para tratamento, a adequação de contratos com fornecedores, a avaliação de conformidade de parceiros, a classificação das informações por nível de sensibilidade e a priorização de processos digitais por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Essas iniciativas contribuem para a proteção das informações e para a confiabilidade dos processos internos.

Em 2025, a Companhia avançou na modernização da infraestrutura de tecnologia da informação, com foco na confiabilidade dos serviços e na continuidade operacional. A DAE iniciou a implantação de redundância em sistemas críticos, especialmente no sistema comercial e canais de atendimento, a aquisição e atualização de equipamentos de rede, como firewalls e switches, e o fortalecimento da gestão contratual e da estrutura interna de acompanhamento da área de TI. As medidas visam reduzir riscos de indisponibilidade e garantir a continuidade dos serviços prestados aos usuários, incluindo acesso a canais digitais e atendimento presencial.

The background of the slide is an aerial photograph of a river winding through a lush, dense forest. The river is dark and calm, reflecting the surrounding greenery. The forest is composed of various shades of green, indicating different types of trees and vegetation. In the lower right quadrant, a small boat is visible on the river, creating ripples in the water. The overall scene conveys a sense of nature and environmental stewardship.

MEIO AMBIENTE: OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E RESILIÊNCIA

OPERAÇÕES DA DAE

Atuando de forma integrada desde a captação até a destinação final dos efluentes, a DAE é responsável pelo abastecimento de água e esgotamento sanitário em Jundiaí. Suas operações seguem as diretrizes do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) e demais legislações vigentes, assegurando a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à população.

O abastecimento de água é realizado predominantemente a partir do rio Jundiaí Mirim, principal manancial da cidade. O rio se forma na divisa entre os municípios de Jarinu e Campo Limpo Paulista e deságua na Represa de Acumulação. A partir desse ponto, a água é conduzida de forma controlada até a Represa de Captação, responsável por aproximadamente 96% do abastecimento do município. Em toda a sua extensão, o rio possui enquadramento Classe 1, o que exige o atendimento de padrões rigorosos de qualidade e reforça a importância das ações de preservação em sua bacia.

A DAE também realiza captação no rio Atibaia, por meio da Estação Elevatória de Água Bruta (EEAB) Atibaia, localizada em Itatiba. A água é bombeada por adutora até o Ribeirão Pitangal, afluente do rio Jundiaí Mirim, de onde segue para as represas de Acumulação e Captação, contribuindo para a segurança hídrica do sistema. Em 2025, a água revertida do rio Atibaia representava 48% da captação realizada na EEAB do Jundiaí Mirim. Complementam o abastecimento os mananciais do Córrego Japi e do Ribeirão Ermida, além da captação subterrânea do Poço Pacaembu. Ao todo, a empresa opera quatro represas de água bruta, com capacidade superior a 9,8 bilhões de litros.

A água captada é encaminhada para tratamento nas Estações de Tratamento de Água (ETAs) operadas pela DAE Jundiaí, responsáveis por garantir os padrões de potabilidade exigidos pela legislação.

PORCENTAGEM DE VOLUME DE ÁGUA TRATADA POR UNIDADE OPERACIONAL



VOLUME DE ÁGUA TRATADA: 51.882.440 M³

Após o tratamento, a água potável é distribuída à população por meio de uma extensa rede de abastecimento apoiada por 60 reservatórios de água tratada, que asseguram regularidade operacional e maior resiliência do sistema, especialmente em períodos de pico de consumo. Em conjunto, estes reservatórios possuem capacidade total de armazenamento de 85.334 m³ de água tratada.

Além do abastecimento de água, a DAE Jundiaí é responsável pelos serviços de coleta e afastamento de esgoto sanitário gerado após o consumo, bem como pela operação de parte das estruturas de tratamento existentes no município. As Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) São José e Fernandes são administradas pela empresa e utilizam o processo de lodo ativado de fluxo intermitente, atendendo comunidades locais e contribuindo para a ampliação

do acesso ao saneamento adequado. Juntas, essas unidades tratam aproximadamente 1% do esgoto gerado no município.

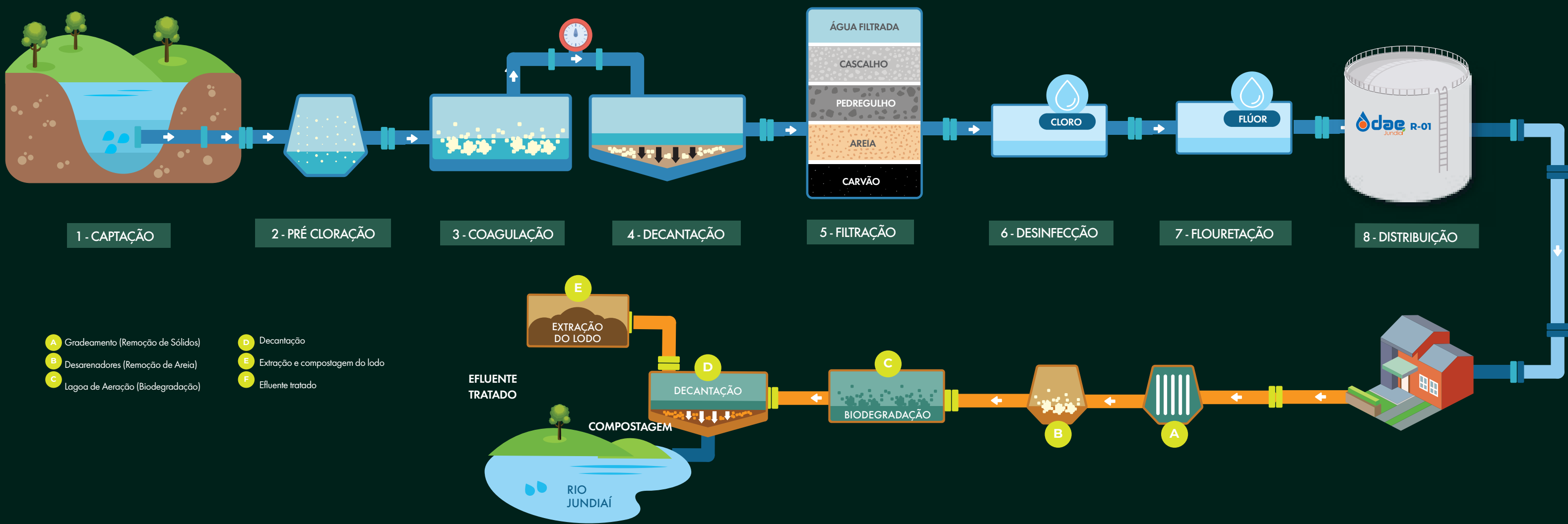
A maior parcela do esgoto coletado em Jundiaí é tratada na Estação de Tratamento de Esgoto Jundiaí (ETE Jundiaí), operada em regime de concessão desde 1996 pela Companhia Saneamento de Jundiaí (CSJ). Inaugurada em 1998, a unidade realiza tratamento aeróbio de cerca de 99% do esgoto coletado no município, alcançando índice médio de remoção de 96% de Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO). O lodo gerado no processo é destinado à compostagem termofílica, sendo transformado em fertilizante devidamente registrado junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA).



Além das atividades operacionais, a DAE atua na proteção dos mananciais e na gestão de áreas estratégicas para a preservação ambiental, contribuindo para a segurança hídrica e para a qualidade de vida da população. Em 2025, a empresa manteve sua estrutura operacional, com intensificação das ações voltadas à modernização dos sistemas, ampliação de obras e fortalecimento da infraestrutura, com foco na melhoria contínua dos serviços prestados.

PROCESSO DE TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA

FLUXOGRAMA SIMPLIFICADO



Manutenções do sistema de saneamento

Durante o ano de 2025, a Companhia firmou contrato com empresas especializadas dotadas de equipamentos de maior capacidade, contribuindo para respostas mais ágeis em situações emergenciais, como retorno de esgoto em períodos de chuva.

A DAE também manteve a descentralização das operações, reduzindo deslocamentos e aumentando a agilidade na execução das ordens de serviço. Esse modelo fortaleceu a capacidade de resposta às demandas recebidas pelos canais de atendimento e contribuiu para maior eficiência operacional.

A Companhia utiliza medidas preventivas e mitigadoras em suas operações, como o planejamento detalhado das intervenções, a fiscalização dos serviços executados e o atendimento às demandas da população por meio de canais de relacionamento. Quando necessário, são adotadas ações corretivas, visando minimizar impactos e assegurar a continuidade e qualidade dos serviços prestados.

O acompanhamento do desempenho ocorre por meio de indicadores operacionais, apoiado por sistemas tecnológicos que subsidiam a tomada de decisão. A governança do tema inclui reuniões periódicas entre as diretorias, além da fiscalização exercida pela ARES-PCJ e do monitoramento das manifestações registradas nos canais de atendimento e ouvidoria.

Em 2025, a empresa atuou na regularização de pendências contratuais e operacionais de obras em andamento, possibilitando a entrada em operação de novos ativos, ao mesmo tempo em que promoveu a modernização de equipamentos e manteve processos de padronização operacional, considerando critérios técnicos e econômicos.

Na DAE, a execução das obras é realizada com base em diretrizes de segurança das equipes e integridade das infraestruturas,

incluindo a avaliação das condições de escavação, a articulação com concessionárias de outros serviços para evitar interferências e a capacitação dos profissionais envolvidos nas atividades. Entre os pontos em desenvolvimento, destaca-se a necessidade de ampliação da capacidade de tratamento de esgoto na bacia do Capivari, com foco na ETE São José, cujo projeto segue em fase de estruturação técnica e condução dos processos licitatórios.

Dados de manutenção de água e esgoto

	2.148	Adequações do padrão da ligação
	4.527	Manutenções de água
	3.310	Manutenções de esgotos
	6.769	Manutenções de apoio
	1.355	Limpeza de fossa
	152_{km}	Manutenções preventivas de esgotos





Investimentos em inovação

A Companhia avançou na incorporação de tecnologias voltadas à melhoria da operação e da gestão, com destaque para o uso de telemetria para monitoramento em tempo real de reservatórios e pressão, a aplicação de métodos não destrutivos para recuperação de redes e a adoção de materiais com maior durabilidade, como PEAD e estruturas pré-moldadas. Também foram utilizadas ferramentas de inteligência artificial para apoio à elaboração de orçamentos e termos de referência, contribuindo para a redução de prazos e maior eficiência administrativa.

Entre os investimentos voltados à modernização operacional, destacam-se a substituição de padrões antigos de ligação por caixas externas, o desenvolvimento de projeto para utilização de medidores ultrassônicos com leitura remota e o avanço na substituição de redes antigas. Essas iniciativas contribuem para maior precisão das medições, identificação de vazamentos e redução de perdas.

UNIVERSALIZAÇÃO

A DAE Jundiaí atua de acordo com as diretrizes do Novo Marco Legal do Saneamento, Lei nº 14.026/2020, mantendo o compromisso de avançar na universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, considerando os desafios decorrentes da ampliação do atendimento para áreas rurais incorporadas aos indicadores mais recentes.

A Companhia se orgulha de atender com redes de abastecimento de água 99,14% da população total de Jundiaí. Na zona urbana, 99,73% da população é atendida. O acesso ao esgotamento sanitário também é amplo, alcançando 97,09% da população total e 97,91% da população urbana. Esses dados são relativos

a dezembro de 2025, conforme metodologia do SINISA vigente em junho de 2026.

O crescimento urbano acelerado, especialmente em regiões como Medeiros e Currupira, ampliou a demanda por infraestrutura e impactou temporariamente os indicadores de universalização. Em resposta, a DAE estruturou um plano emergencial para ampliação da rede, com previsão de recomposição dos índices no primeiro semestre de 2026.



Planejamento e expansão da infraestrutura

As metas institucionais da DAE incluem a expansão das redes de água e esgoto, o aumento da capacidade de captação e reservação e a redução do índice de perdas. A avaliação dos impactos decorrentes das atividades é realizada de forma contínua, com base em planejamento técnico, estudos de engenharia e uso de sistemas de georreferenciamento (GIS) e telemetria, que permitem monitorar a operação e a cobertura dos serviços.

Ao longo de 2025, a DAE Jundiá avançou no planejamento e na ampliação da infraestrutura de abastecimento de água e esgotamento sanitário, com foco no aumento da capacidade operacional, na segurança hídrica e na melhoria do desempenho dos sistemas.

Também foram realizadas expansões de redes de esgoto em diferentes bairros, ampliação de estruturas operacionais e melhorias em sistemas de bombeamento. Houve ainda a expansão do atendimento de água para áreas anteriormente não atendidas, como o loteamento São Jorge, no bairro Mato Dentro, e a expansão das redes de esgotamento sanitário em bairros como Castanho e Terra Nova.



CONCLUSÃO DE 21 KM
de remanejamento de redes de água;



INÍCIO DAS OBRAS
da adutora Santa Gertrudes/Castanho, que contou com revisão de traçado e adequações técnicas para viabilizar a execução;



CONCLUSÃO DE ADUTORA ESTRATÉGICA
para o abastecimento do Vetor Oeste do município.



CONCLUSÃO DE 14 KM
de emissários de esgoto na região sul;



IMPLANTAÇÃO E REFORÇO
de adutoras, incluindo obras nos sistemas Santa Clara e Malota;



ENTRADA DE NOVOS RESERVATÓRIOS
de água tratada inclusive em regiões mais afastadas, e continuidade das ações periódicas de higienização dessas estruturas.



GESTÃO DA ÁGUA

GRI 303-1, 303-2, 303-3, 303-4, 303-5 3-3 Acesso universal e equitativo ao saneamento e segurança hídrica

A atuação integrada da DAE em todas as etapas do ciclo urbano da água tem foco na garantia da qualidade da água, na segurança do abastecimento e na eficiência operacional. Em 2025, a Companhia manteve a conformidade com os padrões regulatórios aplicáveis e avançou no aprimoramento de processos, sistemas de monitoramento e gestão de riscos, fortalecendo a confiabilidade do serviço prestado à população.

As captações realizadas pela DAE estão inseridas no território das bacias PCJ, região considerada de estresse hídrico em função da baixa disponibilidade e grande demanda de água. Há mais de uma década, a disponibilidade hídrica das Bacias PCJ é considerada crítica, conforme referência da ONU adotada pelo Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, cujo limite é de 1.500 m³/hab.ano. Segundo o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos 2025 (Ano Base 2024), em 2023, a disponibilidade hídrica das Bacias PCJ era 927,4 m³/hab.ano.

Diante dessa realidade, a DAE trata o tema de forma estratégica, atuando na proteção e conservação de áreas no entorno de mananciais para preservar a capacidade de renovação dos recursos hídricos e enfrentar os desafios de disponibilidade de forma preventiva. Essa gestão é fundamental, visto que Jundiaí está inserida em uma Área de Proteção Ambiental, o que reforça a importância da conservação dos ecossistemas locais para a segurança hídrica da população.

CAPTAÇÃO TOTAL DE ÁGUA [GRI 303-3]

Captação de água (megalitros)	2022	2023	2024	2025
Rio Jundiaí Mirim	47.552,77	48.836,76	51.564,14	50.080,73
Córrego Estiva	1.001,88	1.099,99	1.044,38	951,65
Ribeirão Ermida	798,79	1.289,42	1.074,07	1.055,73
Poço Pacaembu	138,76	135,78	134,13	134,52
Captação total de água	49.492,20	51.361,94	53.816,72	52.222,63

Nota: A DAE realiza somente captação de água doce. Todas as captações estão inseridas nas Bacias PCJ, localizadas em áreas de estresse hídrico.

Ainda, a captação do Rio Atibaia foi relatada através da captação do Rio Jundiaí Mirim por se tratar de um reversão do Rio Atibaia para o Rio Jundiaí Mirim. Considerando que esse volume é posteriormente incorporado ao manancial de destino, caso fossem apresentados de forma separada, haveria duplicidade de valores na contabilização da captação total.

Quanto à metodologia de medição, os dados utilizados são levantados mensalmente e fornecidos pela empresa contratada responsável pelo Sistema de Telemetria e Telecomando da DAE Jundiaí. Esse levantamento é feito a partir da leitura dos dados de cada display dos respectivos medidores de vazão responsáveis pelo registro das vazões das captações. Os medidores utilizados são validados pela SP Águas e são utilizados para envio das informações no SIDECC-R.



Qualidade da água e controle operacional

A gestão da qualidade da água é realizada de forma contínua na DAE, desde os mananciais até a rede de distribuição, e é orientada pelo Plano de Segurança da Água (PSA), alinhado às diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS), que integra avaliação de riscos, monitoramento técnico-operacional e conformidade regulatória. Esse modelo permite identificar e tratar riscos relacionados à qualidade dos mananciais, à saúde pública e à continuidade do abastecimento.

Em 2025, foram realizadas aproximadamente 300 coletas mensais de água e mais de 2.000 análises laboratoriais, abrangendo parâmetros físicos, químicos e microbiológicos, permitindo identificar preventivamente desvios, avaliar riscos e adotar ações corretivas e preventivas de forma tempestiva. Os resultados atenderam integralmente aos padrões de potabilidade, com desempenho de 100% nos indicadores de qualidade nas ETAs.

O monitoramento é suportado por sistemas e ferramentas que asseguram a rastreabilidade das informações e a confiabilidade dos processos, incluindo o uso de sistema LIMS para gestão laboratorial e operacional. Adicionalmente, a Companhia mantém 12 estações de monitoramento com sondas instaladas em pontos estratégicos dos mananciais, permitindo o acompanhamento em tempo real das condições da água bruta.

Como parte do aprimoramento contínuo, a DAE avançou na certificação de processos operacionais nas ETAs, reforçando a padronização das atividades. Auditorias internas anuais e externas são realizadas a cada dois anos para manutenção das certificações ISO 9001 e ISO/IEC 17025 (referente ao Laboratório de Controle de Qualidade), assegurando aderência a requisitos normativos e confiabilidade analítica.

Para garantir o cumprimento das obrigações, em especial aquelas relativas à qualidade da água, a DAE realiza limpeza e desinfecção de adutoras, redes e reservatórios e lavagem dos filtros e decantadores das ETAs.



Consumo interno

O monitoramento do consumo de água para uso operacional é realizado por meio de planilhas de controle, que consolidam as medições provenientes de diversas áreas, contemplando os volumes consumidos em cada processo. Além disso, são considerados os dados das ligações próprias da DAE, obtidos por meio dos hidrômetros instalados nas unidades operacionais.

CONSUMO TOTAL DE ÁGUA [GRI 303-5]

Captação de água (megalitros)	2022	2023	2024	2025
Total	0,98	0,86	0,78	0,88

Nota: O consumo total de água considera o volume de água de uso operacional, que contempla os volumes gastos na desinfecção de redes e limpeza de reservatórios, os volumes recuperados da ETA e os volumes consumidos nas ligações próprias da DAE, excluindo os processos de produção de água ou tratamento de esgoto.

Gestão da distribuição

Na rede de distribuição, a Companhia adota procedimentos operacionais para mitigar intercorrências associadas a rompimentos de adutoras, variações operacionais e características de redes antigas, que podem ocasionar alterações pontuais nos aspectos visuais da água. Nessas situações, são realizadas ações de normalização do sistema e atendimento aos usuários, com foco na rápida resolução e na minimização de impactos.

A gestão de perdas de água é conduzida de forma estruturada, alinhada às diretrizes da Agência Nacional de Águas e Saneamento

Básico e ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6 (ODS 6). As ações incluem setorização do sistema por Distritos de Medição e Controle (DMC), controle de pressão por válvulas redutoras, uso de telemetria, detecção de vazamentos com apoio de inteligência artificial e gestão da demanda.

O monitoramento é realizado por meio de indicadores como o Índice de Perdas na Distribuição (IPD), balanço hídrico e análise de vazão mínima noturna, com apoio de modelagem hidráulica e sistemas inteligentes. Entre os resultados, destacam-se a redução de perdas, a otimização de custos operacionais e a melhoria da regularidade no abastecimento. O balanço hídrico é auditado pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), assegurando a consistência metodológica dos dados.

20% META IPD ATÉ 2030

Indicador	2022	2023	2024	2025
IPD (%)	31,9	33,4	26,4	23,1
Perdas física (L/ligação.dia)	124,57	122,55	98,75	161,5
Perdas aparentes (L/ligação.dia)	249,97	280,9	281,19	114,5

Nota: A partir de 2024, os indicadores foram calculados com base em metodologia apresentada pelo SINISA. Os valores referentes aos anos de 2022 e 2023 foram calculados conforme a metodologia do SNIS.





Esgotamento sanitário

De acordo com o Plano de Negócios e Estratégias de Longo Prazo para o período de 2026 a 2030, a DAE assumiu o compromisso de ampliar a cobertura dos serviços de esgotamento sanitário, com a meta de atingir 100% de atendimento de coleta de esgotos no município. Para isso, estão previstas obras estruturais, como implantação de linhas de recalque, interceptores, redes coletoras, estações elevatórias e novas Estações de Tratamento de Esgotos (ETEs), reforçando o direcionamento para a melhoria contínua dos serviços.

As ETEs operam em conformidade com os padrões de qualidade e emissão estabelecidos pelas legislações estadual e federal aplicáveis. Entre as principais referências estão o Artigo 18 do Decreto Estadual nº 8.468/1976, que prevê a redução mínima de 80% da carga poluidora em termos de Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO), e a Resolução CONAMA nº 357/2005, que estabelece parâmetros para a qualidade dos corpos hídricos. Esses requisitos orientam o controle operacional das estações e contribuem para a redução da carga poluidora lançada no meio ambiente. No caso da ETE Jundiaí, operada pela CSJ, o desempenho é monitorado por meio de painel de indicadores contratuais, cujas metas foram integralmente atendidas ao longo de 2025.

TOTAL DE EFLUENTE TRATADO [GRI 303-4]

Água de superfície (megalitros)	2022	2023	2024	2025
ETE Jundiaí	29.663,18	34.992,46	35.224,02	32.868,91
ETE Fernandes	128,08	130,88	107,45	92,03
ETE São José	245,35	275,38	264,12	197,7
Total	30.036,61	35.398,72	35.595,59	33.158,64

Nota: A DAE realiza somente o descarte de águas superficiais, não existindo dados para as águas subterrâneas, marinhas e enviadas para terceiros. Além disso, a CSJ opera apenas a ETE Jundiaí, lançando o efluente tratado no Rio Jundiaí, que é Classe 3. As ETEs São José e Fernandes são operadas pela DAE e lançam o efluente tratado no Rio Capivari, que é Classe 2. Todos os lançamentos possuem outorga.

A empresa não realiza descarte de água relacionado às suas atividades, uma vez que o esgoto gerado nas áreas administrativas também é tratado em suas próprias estruturas operacionais. Após o tratamento de esgoto, o efluente é lançado em corpo hídrico, respeitando os parâmetros estabelecidos na legislação vigente.

SANEAMENTO E ECOSSISTEMAS

GRI 101-2, 101-4, 101-5, 306-3, 306-4, 306-5, 303-2, 3-3 Promoção de equilíbrio socioambiental

Durante o ano de 2025, a DAE Jundiá manteve o foco no aprimoramento dos sistemas de esgotamento sanitário e na integração entre operação, planejamento e gestão ambiental. A atuação da Companhia combinou expansão da infraestrutura, monitoramento contínuo dos processos, controle de impactos e adoção de medidas de mitigação e compensação ambiental, em linha com a evolução do saneamento no município e com as exigências legais aplicáveis.

A integração entre as áreas de geoprocessamento, manutenção e planejamento passou a apoiar, de forma mais estruturada, a compatibilização entre o crescimento urbano e a infraestrutura de saneamento. Esse trabalho contribui para a análise técnica de novos empreendimentos, a identificação de demandas futuras e o direcionamento dos investimentos necessários à continuidade e à qualidade dos serviços.

Nesse contexto, a segurança hídrica permanece como tema estratégico para a DAE Jundiá, reforçando a importância de diversificar fontes de abastecimento e fortalecer a capacidade de resposta do sistema. As represas de Acumulação e Captação existentes no município contribuem para a resiliência operacional e a regularidade do abastecimento, e a Companhia estuda novas captações e reservatórios.

O entorno da represa de Acumulação é protegido pelo Parque da

Cidade e Mundo das Crianças, áreas administradas pela DAE que contribuem para a preservação de suas margens, evitando ocupações irregulares e reduzindo riscos de contaminação da água destinada ao abastecimento.

A gestão dos mananciais envolve atuação integrada com órgãos estaduais e com o Comitê das Bacias PCJ, incluindo participação em discussões sobre renovação de outorgas e projetos estruturantes. Internamente, a DAE atua no controle do uso e ocupação do solo em áreas de mananciais, com análise técnica de empreendimentos, fiscalização em campo e ações preventivas voltadas à proteção de Áreas de Preservação Permanente (APPs).

Entre os fatores de risco monitorados estão a redução da disponibilidade hídrica, a poluição difusa e limitações tecnológicas no tratamento de contaminantes emergentes. Em 2025, foram registrados apenas apontamentos pontuais de qualidade, posteriormente esclarecidos junto ao órgão regulador.

No âmbito do esgotamento sanitário, o acompanhamento contínuo da DAE contribui para a prevenção da poluição hídrica, o controle de processos de eutrofização e a proteção dos ecossistemas aquáticos, ao mesmo tempo em que reduz riscos sanitários e fortalece a sustentabilidade operacional. A gestão considera também os impactos negativos associados à operação das ETEs e à destinação

de resíduos gerados no tratamento. Para isso, a Companhia adota critérios técnicos na contratação de empresas licenciadas para coleta, transporte e destinação final de lodo e resíduos de gradeamento, com rastreabilidade assegurada por documentação ambiental específica. Em complemento, a Companhia dispõe de controles operacionais, validação analítica por laboratórios acreditados, acompanhamento de indicadores e emissão de relatórios técnicos periódicos.

Monitoramento ambiental e melhoria contínua

A Companhia possui iniciativas operacionais e ambientais voltadas à melhoria contínua, como o manejo de macrófitas nas áreas de captação, que contribui para a manutenção do fluxo de água, a preservação da qualidade da água bruta e a prevenção de impactos operacionais.

A gestão integrada dos recursos hídricos combina monitoramento ambiental, controle operacional e planejamento baseado em risco, permitindo à Companhia reduzir impactos, aumentar a eficiência dos sistemas e assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à população.

Biodiversidade

As operações da DAE Jundiá estão inseridas em um território de elevada relevância ambiental, uma vez que o município integra a Área de Proteção Ambiental de Jundiá e abriga áreas associadas à Serra do Japi, reconhecida por sua importância para a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais.

Os impactos sobre a biodiversidade estão relacionados, principalmente, às obras e às intervenções necessárias para a operação dos sistemas de água e esgoto. Antes da execução dos projetos, são realizados levantamentos de vegetação e análises técnicas, com o objetivo de reduzir a necessidade de supressão de espécies em áreas protegidas. Em relação ao risco de vazamentos de esgoto, a empresa dispõe de controles operacionais e medidas de compensação.

Quando a intervenção é necessária, a empresa realiza compensação ambiental por meio da restauração de áreas degradadas, conforme a legislação.



Em 2025, a DAE mantém

26,19 hectares
em processo de restauração,

24,49 hectares
em áreas de manancial

12,14 hectares
já restaurados

Essas ações integram o programa Floresta Feita à Mão, voltado à restauração ecológica, com prioridade para áreas de mananciais, utilização de espécies nativas e integração a iniciativas municipais.

Entre os principais impactos positivos decorrentes das atividades da DAE Jundiá, destaca-se a ampliação dos sistemas de esgotamento sanitário, que contribui para a melhoria da qualidade da água e para a preservação dos ecossistemas aquáticos. Além disso, a empresa adota práticas para reduzir impactos nas obras, como definição de traçados com menor interferência e uso de técnicas construtivas e materiais que reduzam riscos ambientais.



Gestão de resíduos

A gestão de resíduos da DAE Jundiá segue as exigências legais e regulatórias, com base na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), normas estaduais e municipais e condicionantes de licenciamento. O controle das atividades é realizado por meio de registros internos e instrumentos como Manifesto de Transporte de Resíduos emitido no Sistema Estadual de Gerenciamento Online de Resíduos Sólidos (SIGOR), a cada destinação realizada.

A Companhia possui um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos elaborado em 2018. Em 2025, encontrava-se em fase de estudos para iniciar o processo licitatório destinado à contratação e elaboração de um novo PGRS, com o objetivo de atualizar as diretrizes, os procedimentos e os controles aplicáveis à gestão dos resíduos gerados em suas atividades.

O tema é integrado às rotinas operacionais e ao sistema de gestão de riscos. Entre os principais aspectos observados estão a contaminação do solo e da água, o atendimento à legislação e os riscos à saúde e à segurança. Para isso, a empresa adota práticas como classificação e segregação dos resíduos, definição de requisitos em contratos, verificação da regularidade ambiental de prestadores de serviço e controle das destinações.

Os resíduos são gerados pelas atividades desenvolvidas nas unidades operacionais e administrativas, bem como nas manutenções e obras do sistema de saneamento. Os resíduos considerados valiosos, como hidrômetros e eletrônicos, e demais são encaminhados para o Centro de Resíduos, localizado na sede da DAE, para armazenamento temporário e posterior destinação. O mesmo acontece com resíduos perigosos, madeiras e equipamentos inservíveis.

RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS GERADOS E DESTINADOS [GRI 306-4]

Em toneladas métricas	Destinação	2023	2024	2025
Sucata mista	reciclagem	15,7	13,3	25,5
Ferro fundido	reciclagem	16,3	35,2	6,4
Hidrômetros	reciclagem	5,8	38,1	0
Plásticos	reciclagem	6,3	5,7	4,7
Madeira	reciclagem	7	13,3	19,2
Cobre/latão	reciclagem	2,3	0,4	0
Lodo de esgoto	tratamento de efluentes	3.421,0	3.173,0	4.354,0
Resíduos grosseiros - esgoto	disposição em aterro sanitário	1.609,6	1.517,8	1.551,70
Pneus diversos	reciclagem	0	1	0,8
Total de resíduos		5.083,9	4.797,8	5.962,3

Nota: Os valores dos anos anteriores foram revisados e corrigidos. Os Resíduos de Construção Civil (RCC) não são quantificados.





Os resíduos das categorias orgânicos, recicláveis e rejeitos são coletados pela Prefeitura Municipal e encaminhados ao Centro de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (GERESOL) de Jundiaí. Parte dos resíduos de pequeno volume, como lâmpadas, pilhas e baterias, é destinada por meio de pontos de coleta vinculados aos sistemas de logística reversa existentes no município.

A quantificação de todos os resíduos gerados pela DAE Jundiaí, inclusive os classificados como perigosos, ocorre somente no momento de sua destinação, por meio da pesagem do material. Dessa forma, os quantitativos reportados correspondem aos volumes efetivamente encaminhados para tratamento, reciclagem ou disposição final no período.

As variações observadas entre os anos não refletem apenas a geração dos resíduos, mas também fatores operacionais, como o planejamento de obras, a manutenção de redes, os programas de substituição de ativos e a destinação de materiais armazenados em exercícios anteriores. Em 2024, por exemplo, houve maior destinação de hidrômetros em razão do projeto de substituição de equipamentos. Com a conclusão dessa iniciativa, o volume destinado foi reduzido em 2025.

Durante o ano, foi registrado aumento na geração de sucata mista, associado à desmobilização de estruturas e áreas internas, como o antigo estacionamento da empresa, caracterizando um evento pontual. Já as variações no volume de lodo das estações de tratamento de esgoto decorreram, principalmente, de alterações na carga orgânica afluente às ETEs e da dinâmica operacional de remoção e destinação do material.

Para os demais resíduos (metais, plásticos, madeira, cobre/latão, entre outros), as oscilações refletem principalmente a variação natural das atividades de manutenção, obras e substituição de componentes ao longo do ano.

Resíduos não perigosos

[GRI 306-4, 306-5]

RESÍDUOS NÃO DESTINADOS PARA DISPOSIÇÃO FORA DA ORGANIZAÇÃO (t)

Destinação	2023	2024	2025
Reciclagem	53,4	106,4	56,6
Outras operações de recuperação	4.925,00	4.492,00	5.740,00
Total	4.978,40	4.598,40	5.796,60

RESÍDUOS DESTINADOS PARA DISPOSIÇÃO FORA DA ORGANIZAÇÃO (t)

Destinação	2023	2024	2025
Confinamento em aterro	2,9	5,2	3,2
Outras operações de disposição	102,7	194,2	162,5
Total	105,6	199,4	165,7

A DAE desenvolve ainda iniciativas voltadas ao reaproveitamento de materiais, como a recuperação de componentes utilizados nas operações, contribuindo para a redução de resíduos e do consumo de insumos. Além disso, foram aprimorados os procedimentos para destinação de bens inservíveis, com adoção de processos públicos para contratação de leiloeiros, buscando maior transparência e controle das destinações.

CLIMA E ENERGIA

GRI 305-1, 305-2, 305-3, 305-4, 201-2, 103-1, 103-2, 103-4, 103-5

Gestão de energia

GRI 103-1, 103-2, 103-5

A energia elétrica é um dos principais insumos utilizados nas operações da DAE Jundiaí, especialmente nos processos de captação, tratamento e distribuição de água, representando também um dos componentes mais relevantes dos custos operacionais da Companhia. Diante desse contexto, a empresa adota diretrizes voltadas à gestão eficiente do consumo energético, alinhadas ao Plano de Gestão de Água e Energia, com foco na eficiência operacional, na sustentabilidade ambiental e na otimização dos recursos financeiros.

A gestão energética é baseada no monitoramento sistemático do consumo nas unidades operacionais, permitindo acompanhar o desempenho energético, identificar oportunidades de racionalização e subsidiar decisões relacionadas à modernização da infraestrutura.

As informações de consumo são obtidas a partir das faturas da concessionária e dos fornecedores do mercado livre de energia, sendo tratadas por sistema interno que realiza a leitura automatizada, consolidação e armazenamento dos dados. A qualidade das informações é assegurada por procedimentos de validação e conferências periódicas entre os registros e os documentos originais. No caso das faturas vinculadas ao mercado livre, as análises mensais são realizadas com apoio de empresa especializada, permitindo a elaboração de relatórios gerenciais com dados de consumo e custos por período e por tipo de unidade operacional.

A partir desse acompanhamento contínuo, a DAE desenvolve ações voltadas à melhoria da eficiência energética e à gestão de custos. Entre as principais iniciativas estão a modernização gradual de equipamentos eletromecânicos, a ampliação dos sistemas de automação e controle operacional, o fortalecimento das rotinas de manutenção e o desenvolvimento de ferramentas para monitoramento mais detalhado do consumo por unidade. Em 2025, a Companhia

avançou nessa área com a substituição de conjuntos motor-bomba por modelos mais eficientes, contribuindo para a redução do consumo de energia em determinadas operações.

Atualmente, a DAE prioriza a aquisição de energia proveniente de fontes incentivadas no mercado livre, que já representam a maior parcela do consumo energético da Companhia. A migração para este modelo representou um avanço relevante na gestão do tema, proporcionando maior previsibilidade orçamentária e ganhos econômicos para a empresa. Parte desses recursos passou a compor um fundo destinado ao financiamento de projetos estratégicos.

Como parte de sua estratégia de transição energética, a empresa também investe na ampliação da participação de fontes renováveis em sua matriz energética, com destaque para a futura construção de uma usina fotovoltaica para atendimento parcial de unidades em baixa tensão e realização de estudos para a implantação de uma central geradora hidrelétrica nos próximos anos.

O consumo de energia da DAE está diretamente relacionado às demandas operacionais do sistema de saneamento e às condições climáticas, podendo sofrer variações em função de fatores externos, como o regime de chuvas. Dessa forma, embora a empresa mantenha iniciativas permanentes de eficiência energética, os resultados de consumo podem variar conforme o comportamento operacional do período.

No escopo dos serviços de esgotamento sanitário, a DAE segue avançando na estruturação dos indicadores energéticos. Atualmente, os medidores de vazão das estações elevatórias de esgoto estão em fase de implantação, com conclusão prevista para o primeiro trimestre de 2026. Até a finalização desta etapa, a avaliação da intensidade energética do sistema de esgoto considera exclusivamente as informações das estações de tratamento de esgoto operadas diretamente pela Companhia.

CONSUMO TOTAL DE FONTES NÃO RENOVÁVEIS (GJ) [GRI 103-2]

	2022	2023	2024	2025
Gasolina	189,35	163,32	147,26	157,14
Diesel	2.438,67	2.843,02	2.284,39	2.275,55
Gás Natural	823,91	793,24	801,61	747,24
Total	3.451,93	3.799,58	3.233,26	3.179,94

CONSUMO TOTAL DE FONTES RENOVÁVEIS (GJ) [GRI 103-2]

	2022	2023	2024	2025
Etanol	2.023,11	2.291,93	2.336,22	2.139,47
Total	2.023,11	2.291,93	2.336,22	2.139,47

CONSUMO DE ENERGIA (GJ) [GRI 103-2]

	2022	2023	2024	2025
Consumo de eletricidade (água)	173.336,20	151.102,58	175.460,43	172.234,20
Consumo de eletricidade (esgoto)	3.671,72	3.968,61	4.249,06	5.153,93
Total	177.007,92	155.071,18	179.709,49	177.388,13

CONSUMO TOTAL (GJ) [GRI 103-2]

	2022	2023	2024	2025
Consumo total de energia dentro da organização	182.482,96	161.162,70	185.278,97	182.707,53

Nota: Os cálculos de GLP dos anos 2022, 2023 e 2024 foram atualizados após a mudança de metodologia que adota o valor de Poder Calorífico Inferior (PCI). O consumo total de energia dentro da organização também foi atualizado por essa mudança de metodologia.

Intensidade energética

GRI 103-4

Assim como o consumo total de energia dentro da organização, os indicadores de intensidade energética foram segregados entre os escopos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, considerando as especificidades de cada serviço.

No caso de Jundiá, a maior parte do tratamento de esgoto é realizado pela iniciativa privada, por meio de concessão. A DAE Jundiá é responsável pela coleta e afastamento do esgoto até as ETEs, incluindo a operação das estações elevatórias de esgoto.

INTENSIDADE ENERGÉTICA: ÁGUA (GJ/M³) [GRI 103-4]

	2022	2023	2024	2025
Consumo de eletricidade no processo de água (GJ)	173.336,20	151.102,58	175.460,43	172.234,20
Volume de água produzido (m³)	49.040.758	50.924.705	53.448.300	51.882.440
Total	0,0035	0,003	0,0033	0,0033

Nota: O consumo de eletricidade no processo de tratamento de esgoto e o volume de esgoto tratado

INTENSIDADE ENERGÉTICA: ESGOTO (GJ/M³) [GRI 103-4]

	2022	2023	2024	2025
Consumo de eletricidade no processo de tratamento de esgoto (GJ)	1.266,29	1.328,32	1.381,06	1.623,47
Volume de esgoto tratado (m³)	373.429,90	406.259,40	371.571,90	289.732,30
Total	0,0034	0,0033	0,0037	0,0056

Nota: Consideram somente as ETEs Fernandes e São José (que são operadas pela DAE Jundiá).

Impactos climáticos

GRI 201-2

Os impactos das mudanças climáticas podem afetar as operações da DAE Jundiá, especialmente em razão de sua relação direta com a disponibilidade de água e a continuidade dos serviços de saneamento. O tema vem sendo incorporado gradualmente às práticas da Companhia, com foco na identificação dos riscos, no fortalecimento da capacidade de resposta e na adaptação das operações.

O Plano Estratégico ESG 2025-2030 apresenta os principais riscos climáticos para a DAE, identificados por meio de uma abordagem qualitativa. Embora esses riscos sejam reconhecidos pelas áreas responsáveis, os riscos ESG ainda não possuem vinculação direta com a Matriz de Riscos Corporativos. Até o momento, também não foram avaliadas as implicações financeiras decorrentes das mudanças climáticas.

Entre as iniciativas previstas estão a elaboração do Plano de Adaptação e Mitigação às Mudanças Climáticas, o desenvolvimento de ações relacionadas à economia circular e o aprimoramento da mensuração das emissões de gases de efeito estufa. A DAE realiza levantamentos internos de emissões desde 2019 e está em fase de estudos para a contratação de um inventário de GEE mais abrangente, com previsão de realização em 2027. A elaboração do plano climático deverá ocorrer posteriormente, com base nos resultados e nas informações consolidadas nesse processo.

Em 2025, após a ocorrência de eventos de chuvas intensas e ventos fortes, a Companhia realizou uma consulta interna com colaboradores para avaliar os impactos percebidos nas atividades e operações. Esse levantamento contribuiu para ampliar a compreensão sobre as vulnerabilidades existentes e apoiar o desenvolvimento das futuras medidas de adaptação.

A DAE utiliza sistemas e indicadores operacionais para monitorar suas atividades e apoiar a tomada de decisão. No entanto, a análise estruturada da relação entre esses dados, os riscos climáticos e seus possíveis efeitos financeiros ainda está em desenvolvimento.





Resiliência Climática

GRI 3-3 Resiliência Climática

A resiliência climática integra o Plano ESG da DAE Jundiaí, com definição de diretrizes e metas voltadas à continuidade dos serviços. O tema foi considerado relevante para a empresa, em função dos possíveis efeitos das mudanças climáticas sobre o saneamento. Nesse contexto, a Companhia atua para manter a continuidade e a qualidade dos serviços, com foco na proteção dos recursos hídricos e da população atendida. A empresa também estabeleceu diretrizes para redução de emissões de gases de efeito estufa a partir de 2026.

O Plano ESG estabelece indicadores para monitoramento da evolução do tema, incluindo a taxa de redução das emissões de GEE nos escopos 1 e 2, a taxa de uso de energia renovável e a utilização da capacidade de reservação de água tratada. Em 2025, foi registrada redução de 13,6% nas emissões dos escopos 1 e 2 em relação ao ano anterior, resultado associado, entre outros fatores, à gestão operacional e à variação do volume de esgoto tratado. No mesmo período, a taxa de uso de energia renovável rastreável permaneceu em 0%, considerando a ausência de aquisição de certificados I-REC.

A DAE Jundiaí realiza anualmente o inventário de suas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), utilizando como base metodológica o GHG Protocol Brasil e a abordagem de consolidação foi controle operacional.

EMISSIONES DIRETAS (ESCOPO 1) DE GASES DE EFEITO ESTUFA (GEE) [GRI 305-1]

	2022	2023	2024	2025
Total de emissões diretas (Escopo 1) (t CO2e)	326,14	297,15	307,3	271,38
Combustão estacionária	65,48	66,21	61,54	60,89
Combustão móvel	161,25	181,44	145,29	145,33
Tratamento de efluentes	99,4	49,5	100,47	65,16
Emissões biogênicas de CO2 (t CO2e)	157,24	180,83	182,74	175,23

Notas: gases incluídos no cálculo: CO2, CH4 e N2O.

O Escopo 1 contabiliza as emissões diretas geradas pelo consumo de combustíveis (etanol, gasolina, diesel e GLP) em equipamentos, máquinas, geradores e veículos utilizados nas operações de responsabilidade direta da DAE. Também fazem parte do Escopo 1 as emissões provenientes do tratamento de esgoto realizado nas estações operadas pela DAE, a ETE São José e a ETE Fernandes.

Em comparação com o ano base de 2022, foram incorporadas novas medições referentes ao Escopo 3.

EMISSIONES INDIRETAS (ESCOPO 2) DE GASES DE EFEITO ESTUFA (GEE) PROVENIENTES DA AQUISIÇÃO DE ENERGIA [GRI 305-2]

	2022	2023	2024	2025
Escopo 2 (por localização)	2.098,59	1.712,09	2.801,82	2.398,84

Notas: gases incluídos no cálculo: CO2.

As emissões do Escopo 2 são provenientes da aquisição de energia elétrica de todas as unidades operadas pela DAE, inclusive do Parque da Cidade e Mundo das Crianças. Apesar de mais de 95% do consumo de energia elétrica ser proveniente de fontes renováveis, adquiridas no mercado livre, as emissões foram calculadas considerando a compra proveniente do Sistema Interligado Nacional (abordagem baseada em localização), pois a DAE ainda não adquiriu os Certificados de Energia Renovável (RECs), que garantem a rastreabilidade da origem dessa unidade de energia.

OUTRAS EMISSÕES INDIRETAS (ESCOPO 3) DE GASES DE EFEITO ESTUFA (GEE) [GRI 305-3]

	2022	2023	2024	2025
Total de outras emissões indiretas (Escopo 3) (t CO2e)	25.645,38	21.841,67	23.867,94	18.858,95
Combustível de máquinas e equipamentos	ND	ND	ND	1.725,31
Tratamento de esgoto ETE Jundiá	25.645,38	21.841,67	23.867,94	17.133,64
Emissões biogênicas de CO2 (t CO2e)	0	0	0	256,76

Notas: gases incluídos no cálculo: CO2, CH4 e N2O.

O Escopo 3 passou a ser contabilizado em 2023 com as emissões geradas pelo tratamento de esgoto da ETE Jundiá, operada pela CSJ. Atualmente, essa estação é responsável pelo tratamento de aproximadamente 99% do esgoto coletado do município, por processo aeróbio em lagoas aeradas.

Em 2025, foi incluída mais uma medição no Escopo 3 proveniente do consumo de combustíveis utilizados pelo fornecedor de máquinas e veículos pesados (caminhões, escavadeiras, retroescavadeiras e outros) utilizados em obras e manutenções diárias da operação da DAE. A gestão e operação desses equipamentos é realizada pelo fornecedor, que consumiu em 2025 aproximadamente 756 mil litros de diesel.

ÍNDICE DE INTENSIDADE DE EMISSÕES DE GEE PARA A ORGANIZAÇÃO [GRI 305-4]

Intensidade de emissões [GRI 305-4]	2022	2023	2024	2025
Total de toneladas métricas de emissões de CO2e (Escopo 1 e 2)	2.424,73	2.009,24	3.109,12	2.670,22
Volume água + esgoto	48.414.187,90	51.330.964,40	53.819.871,90	52.172.172,30
Total (tCO2e/m³)	0,00005	0,000039	0,000058	0,000051

Nota: O cálculo da intensidade considera as emissões diretas de Escopo 1 e indiretas do Escopo 2 (desconsiderando emissões biogênicas), o volume total de esgoto tratado (ETEs São José e Fernandes) e o volume de água distribuída.

Atualmente, o setor de saneamento enfrenta o desafio de expandir a infraestrutura necessária à universalização dos serviços, conciliando o crescimento operacional com ações de mitigação das emissões. Como resposta a esse cenário, a DAE vem adotando medidas voltadas à adaptação e à redução de impactos climáticos, incluindo o uso de etanol na frota leve,

investimentos em eficiência energética e controle de perdas, além da ampliação da capacidade de reservação. A empresa também busca reduzir impactos ambientais em obras por meio de soluções de engenharia voltadas à minimização da supressão de vegetação.



NOSSA GENTE E O IMPACTO NA SOCIEDADE



CUIDADO COM AS PESSOAS

GRI 403-1, 403-2, 403-3, 403-4, 403-5, 403-6, 403-9, 3-3 Ambiente de trabalho seguro, saudável e inclusivo a todos

O ano de 2025 foi marcado pela reorganização estrutural de áreas-chave, com foco no fortalecimento dos processos internos, na valorização das pessoas e na melhoria da eficiência operacional. A prioridade é dar continuidade aos investimentos em modernização tecnológica e no desenvolvimento do capital humano, reconhecendo esses fatores como fundamentais para o aumento da eficiência operacional e para a sustentabilidade da Companhia no longo prazo.

A reestruturação interna envolveu adequação do quadro funcional e fortalecimento de algumas áreas, especialmente nas frentes de saúde, segurança e apoio social. Houve ampliação das equipes de assistência social e psicologia, contratação de profissionais de segurança do trabalho, preparação para atendimento à Norma Regulamentadora NR-01, incluindo treinamento de colaboradores próprios e terceirizados, além da revisão do quadro de pessoal e planejamento de novos concursos públicos.

A gestão de pessoas também passou a incorporar, de forma mais estruturada, princípios alinhados à agenda ESG, com destaque para a busca de maior equidade no tratamento entre empregados próprios e terceirizados. Também foram aprimorados instrumentos formais de gestão, como regulamentos internos, código de conduta, normativos de recursos humanos e programas de apoio aos colaboradores, incluindo iniciativas de educação financeira.

Outra prioridade do ano foi o fortalecimento das ações de capacitação e qualificação profissional. A Companhia mantém programas de treinamento contínuo, como formações técnicas específicas e reciclagens, com o objetivo de desenvolver competências críticas para a operação. A estratégia também contempla parcerias com instituições de ensino para concessão de descontos em cursos, ampliando o acesso à formação complementar para colaboradores e seus dependentes.

Na DAE Jundiá, há dois regimes de trabalho: celetista e estatutário. Os empregados celetistas são admitidos por concurso público ou para o exercício de cargos em comissão, sendo regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Já o regime estatutário abrange profissionais do quadro especial, cedidos pela Prefeitura Municipal de Jundiá, que passaram a atuar na empresa antes de sua transformação em sociedade de economia mista.

Todos os empregados possuem contrato de trabalho permanente e estão situados na região Sudeste. Devido a característica de contratação por meio de concurso, as flutuações da quantidade de empregados não são significativas. Os dados apresentados são extraídos do sistema de cadastro de funcionários e correspondem à posição do quadro de pessoal no encerramento do exercício de 2025.



Celetistas

EMPREGADOS POR GÊNERO [GRI 2-7]

	2022	2023	2024	2025
Homens	308	331	349	345
Mulheres	107	118	122	126
Total	415	449	471	471

EMPREGADOS POR JORNADA DE TRABALHO POR GÊNERO [GRI 2-7]

	2022		2023		2024		2025	
	Tempo integral	Período parcial	Tempo integral	Período parcial	Tempo integral	Período parcial	Tempo integral	Período parcial
Homens	285	23	310	21	328	21	324	21
Mulheres	96	11	105	13	109	13	111	15
Total	381	34	415	34	437	34	435	36

Estatutários

EMPREGADOS POR GÊNERO [GRI 2-7]

	2022	2023	2024	2025
Homens	92	86	77	74
Mulheres	21	19	19	16
Total	113	105	96	90

Estatutários

EMPREGADOS POR JORNADA DE TRABALHO POR GÊNERO [GRI 2-7]

	2022		2023		2024		2025	
	Tempo integral	Período parcial	Tempo integral	Período parcial	Tempo integral	Período parcial	Tempo integral	Período parcial
Homens	86	6	81	5	72	5	69	5
Mulheres	18	3	16	3	16	3	13	3
Total	104	9	97	8	88	8	82	8

Nota: Gênero conforme especificado pelos próprios empregados.

Período parcial considera as jornadas de 30 e 36 horas semanais.

TRABALHADORES QUE NÃO SÃO EMPREGADOS (ESTAGIÁRIOS, APRENDIZES E TERCEIRIZADOS) POR GÊNERO [GRI 2-8]

	2022	2023	2024	2025
Homem - estagiário	40	32	33	28
Homem - aprendiz	5	4	6	7
Mulher - estagiária	43	41	57	45
Mulher - aprendiz	9	10	9	10
Outros terceirizados (homens e mulheres)	485	529	639	755
Total	582	616	744	845

Nota: Todos os trabalhadores que não são empregados estão situados na região sudeste do Brasil.



Benefícios, Remuneração e Relações de Trabalho

GRI 2-20, 2-30

A DAE Jundiaí mantém um conjunto de benefícios destinados aos empregados, incluindo fornecimento de refeições nas unidades operacionais, assistência médica extensiva aos dependentes, programas de capacitação e convênios educacionais. Em 2025, a Companhia também avançou na estruturação de políticas de apoio a empregados com filhos que demandam cuidados especiais, reforçando seu compromisso com a inclusão e o suporte social.

A revisão das diretrizes relacionadas a cargos, carreiras, salários e remuneração conta com o apoio de comissão interna formalmente instituída, responsável pela atualização do Plano de Empregos, Carreiras, Salários e Remuneração. A comissão possui composição plural, com representantes da administração e membros indicados pelo sindicato da categoria, contribuindo para a transparência e o

equilíbrio do processo decisório.

Em 2025, 100% dos empregados próprios da DAE Jundiaí estavam abrangidos pelo Acordo Coletivo de Trabalho, firmado em junho e homologado em setembro daquele ano. O instrumento possui abrangência organizacional e estabelece diretrizes comuns relacionadas às condições de trabalho, aos benefícios e aos direitos dos empregados, independentemente do regime de contratação. Algumas condições específicas, contudo, variam conforme o vínculo com a Companhia. Benefícios como férias-prêmio, por exemplo, permanecem restritos aos servidores vinculados à Prefeitura de Jundiaí, conforme previsto no Estatuto dos Servidores Municipais.

Também foram preservados direitos aplicáveis a grupos específicos, como o convênio médico vitalício e a possibilidade de ausência por

meio período no dia do pagamento, destinados aos empregados admitidos até 30 de abril de 2021.

Entre os benefícios oferecidos estão auxílio-alimentação, auxílio-transporte, plano de saúde, auxílio-creche e auxílio-refeição, além de outros previstos nos instrumentos normativos. O Acordo Coletivo de Trabalho do ciclo 2025/2026 consolidou avanços na gestão de pessoas e no suporte social oferecido aos trabalhadores.

Os trabalhadores terceirizados não são abrangidos pelo acordo firmado entre a DAE Jundiaí e o SINDAE. Os instrumentos coletivos aplicáveis a esses profissionais são de responsabilidade de seus respectivos empregadores.



Saúde e Segurança do Trabalho

GRI 403-1, 403-2

Com sistema estruturado de gestão de Saúde e Segurança do Trabalho (SST), alinhado à legislação vigente e às diretrizes da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o foco da DAE está na prevenção de riscos, proteção das pessoas e melhoria contínua das condições operacionais.

A Companhia ainda não dispõe de controle consolidado sobre os acidentes de trabalho envolvendo trabalhadores que não são empregados diretos, mas atuam sob seu comando, como terceirizados e prestadores de serviço. Entre os empregados próprios, o principal tipo de acidente de trabalho registrado foi de natureza osteomuscular.

A seguir, são apresentados os índices de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória, segregados por regime de contratação (CLT e estatutário):

ACIDENTES DE TRABALHO [GRI 403-9]

	2022		2023		2024		2025	
	Celetista	Estatutário	Celetista	Estatutário	Celetista	Estatutário	Celetista	Estatutário
Número de Acidentes	25	3	51	0	46	6	41	3
Índice de acidentes	40,59	30,8	78,3	0	65,9	39,6	59,1	21,3

Nota: Índice com base em 1.000.000 horas trabalhadas. O levantamento do número de acidentes é baseado nos registros de Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT).

A DAE possui classificação própria da severidade dos acidentes de trabalho com base no critério de dias de afastamento. De acordo com esse critério, em 2025 tiveram 11 acidentes considerados graves e críticos, não sendo registrado acidente de severidade catastrófica, ou seja, com afastamento superior a 15 dias.

ANÁLISE DE ACIDENTES DE TRABALHO DOS EMPREGADOS (CELETISTAS E ESTATUTÁRIOS) EM 2025

Severidade	Leve	Moderada	Grave	Crítica	Catastrófica
Dias de afastamento	Sem Afastamento	1 a 5 dias	6 a 10 dias	11 a 15 dias	>15 dias
Número de acidentes	18	15	5	6	0
Porcentagem de acidentes	40,91%	34,09%	11,36%	13,64%	0,00%

Um dos destaques de 2025 foi a evolução do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO/PGR), com atualização do mapeamento de perigos, priorização de atividades críticas e definição de controles preventivos e corretivos, bem como o aprimoramento do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), com monitoramento sistemático da saúde dos trabalhadores e ações preventivas. A Companhia também ampliou a realização de treinamentos obrigatórios e específicos, campanhas internas e diálogos de segurança, promovendo maior conscientização e engajamento das equipes.

A gestão de SST contempla a aplicação da hierarquia de controles, priorizando a eliminação ou redução dos riscos na fonte, seguida por medidas de engenharia, controles administrativos e uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI). As atividades são padronizadas por meio de procedimentos operacionais e ordens de serviço, com definição clara de responsabilidades, riscos e medidas de controle.

Na gestão de prestadores de serviço, foi realizada a padronização de requisitos legais e contratuais, a fiscalização das atividades e a integração dos terceiros aos procedimentos internos de SST.



Monitoramento e cultura de prevenção

O desempenho em Saúde e Segurança do Trabalho é monitorado por meio de indicadores como taxa de acidentes, afastamentos, absenteísmo e ocorrências de incidentes, além da realização de inspeções e auditorias periódicas. O acompanhamento contínuo dos programas legais, como GRO/PGR e PCMSO, e a análise sistemática de eventos permitem a identificação de desvios e a implementação de ações corretivas.

Além disso, a Companhia mantém processos formais para investigação de acidentes e incidentes, incluindo a identificação de causas e definição de medidas preventivas. A implementação do monitoramento da eficácia dessas ações preventivas adotadas estão previstas para o próximo ciclo. Em situações de ocorrência, são adotados protocolos de resposta que incluem atendimento imediato, comunicação aos órgãos competentes, acompanhamento dos trabalhadores afetados e adoção de medidas para mitigação de impactos operacionais e ambientais.

A empresa também assegura a participação ativa dos trabalhadores na gestão de SST, por meio de canais para relato de perigos e condições inseguras, incluindo comunicação direta com lideranças, registros formais, diálogos de segurança e atuação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (CIPA). Possui ainda diretrizes que garantem a proteção contra represálias e o direito de recusa ao trabalho em situações de risco grave e iminente.



Promoção do bem-estar

Com serviços estruturados de Saúde do Trabalho, próprios e contratados, integrados ao Sistema de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho, a atuação da DAE está direcionada à identificação de riscos, prevenção de agravos à saúde e promoção do bem-estar dos trabalhadores. Esses serviços abrangem empregados e trabalhadores não empregados cujas atividades estejam sob controle da Companhia.

O acesso aos serviços de saúde é garantido de forma equitativa para empregados celetistas e estatutários (não incluindo terceirizados), por meio de estrutura que inclui plano de saúde, clínicas credenciadas, suporte psicossocial, ambulatório na sede administrativa e canais de encaminhamento para atendimento especializado, além de acompanhamento de fatores de risco não ocupacionais, como hipertensão e diabetes. Os atendimentos e exames periódicos são realizados durante a jornada de trabalho, com comunicação clara sobre os serviços disponíveis e garantia de confidencialidade das informações. Quando necessário, os trabalhadores são direcionados para avaliações complementares na rede pública ou privada.

A governança do tema é fortalecida por instâncias formais de participação, com destaque para a CIPA, que promove o diálogo entre trabalhadores e empregador, contribuindo para a melhoria das condições de trabalho, em alinhamento com a NR-05 e com práticas de gestão reconhecidas internacionalmente. A Companhia promove

treinamentos abrangentes em saúde e segurança, direcionados a todos os trabalhadores, abordando temas como prevenção de acidentes, ergonomia, higiene ocupacional, primeiros socorros e combate a incêndios.

Além disso, a empresa possui iniciativas de apoio social e acompanhamento de servidores e familiares em tratamento de saúde, totalizando 1.532 atendimentos em 2025.

O Programa ELO, por exemplo, realiza o acompanhamento de empregados afastados por período superior a 15 dias, oferecendo orientação previdenciária, suporte emocional e acompanhamento contínuo, tendo assistido 53 casos no ano. Já o Programa de Readaptação Funcional viabiliza a reinserção de colaboradores com restrições de saúde em atividades compatíveis, com suporte de equipe multidisciplinar. Em 2025, 44 empregados participaram do programa.

A Companhia promoveu campanhas internas ao longo do ano, abordando temas relacionados à saúde, bem-estar e qualidade de vida, como prevenção ao suicídio e conscientização sobre câncer de mama e próstata, prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, saúde mental, alimentação equilibrada, atividade física e redução de danos, além de iniciativas voltadas à valorização e integração dos colaboradores.

DIVERSIDADE E CULTURA ORGANIZACIONAL

GRI 404-1, 404-2, 404-3, 405-1, 406-1, 3-3 Gestão estratégica, mudança cultural e eficiência operacional

Para fomentar a diversidade, a DAE Jundiá incorpora os princípios de equidade e igualdade de oportunidades em suas políticas e normativas internas, em alinhamento aos princípios constitucionais que regem a administração pública. A Política de Governança Corporativa estabelece a equidade como um de seus princípios norteadores, assegurando tratamento justo e isonômico a todos os públicos de interesse. Além disso, o Programa de Compliance contempla a diversidade e inclusão como um de seus pilares, promovendo o respeito às diferenças, a pluralidade de perfis e o fortalecimento de uma cultura organizacional mais inclusiva.

No final de 2025, foi aprovada a Política de Equidade de Gênero no Conselho de Administração (citada anteriormente no capítulo de Governança), que prevê diretrizes para a promoção de capacitação de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitês e Diretoria Executiva sobre diversidade, inclusão de gênero, interseccionalidade, entre outros temas, incentivando principalmente a participação de mulheres no Conselho de Administração.

Como mecanismo de prevenção e tratamento de possíveis violações relacionadas à diversidade e à igualdade de oportunidades, a empresa mantém um Canal de Denúncias, que, entre outros assuntos, recebe comunicações sobre situações relacionadas a discriminação ou desrespeito à diversidade. As manifestações são tratadas conforme procedimentos internos e encaminhadas às instâncias competentes.

Na DAE, não há distinção de salário-base entre homens e mulheres para funções equivalentes. A evolução salarial está vinculada ao tempo de serviço do empregado, ocorrendo por meio de progressões previstas em tabela específica. Essa tabela de salários estabelece os valores de salário-base aplicáveis conforme o avanço na carreira, garantindo critérios padronizados e isonômicos para a remuneração.

PROPORÇÃO ENTRE A REMUNERAÇÃO RECEBIDA PELAS MULHERES E HOMENS [GRI 405-2]

Categoria Funcional	2025	
	Celetista	Estatutário
Diretores	1	0,62
Gerentes	0,84	0,88
Outras funções de liderança	0,94	1,05
Especialistas Administrativos	0,84	NA
Especialistas Operacionais	0,88	NA
Administrativos	0,99	0,73
Operacionais	0,95	1,59

Nota: NA – não aplicável. Atualmente não há especialistas administrativos do gênero feminino pertencentes ao regime estatutário, por essa razão não há valores para a proporção da remuneração.



Capacitação

Por meio de ações de capacitação e desenvolvimento profissional alinhadas às necessidades operacionais e estratégicas, a Companhia prioriza a qualificação contínua dos colaboradores e a segurança das atividades. Em 2025, destacaram-se iniciativas voltadas ao desenvolvimento de lideranças, com abordagens relacionadas à gestão estratégica e às competências comportamentais, incluindo temas como motivação, relacionamento interpessoal, clima organizacional, diversidade, assédio e gestão de conflitos.

A gestão da capacitação contempla o controle e a realização de treinamentos obrigatórios, especialmente aqueles relacionados às normas regulamentadoras, como NR 10, NR 12, NR 33 e NR 35, contribuindo para a conformidade legal e a segurança no ambiente de trabalho. Além disso, a Companhia viabiliza a participação dos colaboradores em cursos, seminários e palestras voltados ao

aperfeiçoamento profissional, abrangendo temas como processos de trabalho, saúde e segurança, meio ambiente, saneamento básico e riscos associados às atividades desempenhadas.

Também são realizados programas de integração para novos empregados, capacitações relacionadas à implantação de novos sistemas e treinamentos sobre ética, integridade e conformidade. Os estagiários, em particular, recebem treinamento sobre o Código de Conduta e Integridade, como parte de seu processo de integração e orientação institucional. Todas essas iniciativas são integralmente subsidiadas pela Companhia.

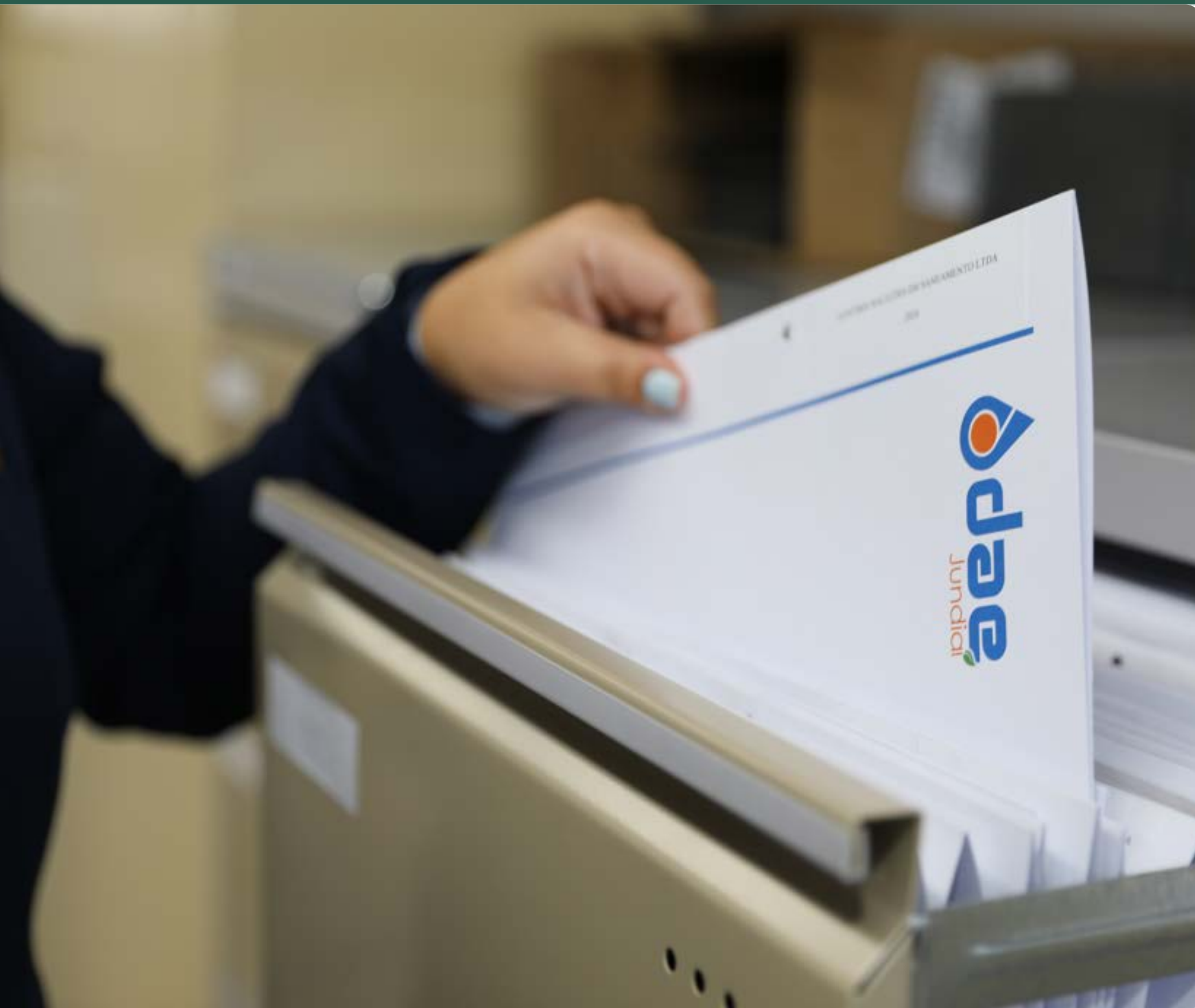
Para avaliar as ações de capacitação, é aplicada a Avaliação de Reação ao final dos treinamentos, permitindo identificar a percepção dos participantes sobre a qualidade e a aplicabilidade dos conteúdos. Para aprimorar esse processo, está prevista a implantação de

mecanismos de avaliação de eficácia, com o objetivo de mensurar a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos.

O monitoramento das ações é realizado por meio de relatórios consolidados por diretoria, que apresentam a carga horária e a proporção de colaboradores capacitados em relação ao total de cada área. O cálculo das horas de capacitação é realizado considerando o total de horas de treinamento realizadas no período em relação ao número de colaboradores. Neste ciclo, as informações são referentes aos empregados (celetistas e estatutários), sendo prevista para o próximo ciclo de relato inclusão de informações sobre terceirizados, estagiários e aprendizes. Esses dados subsidiam a alta gestão na análise do desempenho, na identificação de oportunidades de melhoria e na eventual revisão de normas e procedimentos internos.

Média de horas de capacitação [GRI 404-1]





Avaliação de desempenho

A avaliação de desempenho na DAE Jundiaí é um instrumento de gestão de pessoas voltado ao acompanhamento da performance individual dos colaboradores, alinhando os resultados às diretrizes internas e promovendo o desenvolvimento profissional. O processo possibilita a comunicação estruturada e feedback entre lideranças e equipes, além de subsidiar a identificação de necessidades de capacitação e apoiar a evolução da remuneração.

Realizada anualmente para todos os colaboradores efetivos – exceto funcionários em cargos comissionados –, a avaliação apresenta resultados que impactam diretamente na progressão salarial, uma vez que o não atingimento da pontuação mínima estabelecida pode implicar a não concessão de acréscimo de 5% no salário base, previsto a cada dois anos.

O processo assegura transparência e possibilidade de revisão, permitindo que o colaborador apresente recurso no prazo de até cinco dias após a ciência da avaliação. As orientações sobre esse procedimento são formalizadas e disponibilizadas aos gestores, que têm o papel de orientar suas equipes. Em caso de contestação, é instaurado processo interno, no qual a avaliação é analisada novamente pela instância superior à chefia avaliadora, com posterior devolutiva ao colaborador em relação à manutenção ou revisão do resultado.

Como parte da evolução dos processos de gestão de pessoas, em 2025 foi iniciada a implantação de um sistema digital de avaliação de desempenho. A iniciativa tem como objetivo promover a transformação do processo, atualmente realizado de forma manual, para um ambiente totalmente virtual, ampliando a eficiência, a rastreabilidade das informações e a produtividade das atividades. A previsão é de que o sistema esteja plenamente implantado até 2026.

Nas tabelas a seguir estão listados os percentuais de empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira, incluindo celetistas e estatutários. [GRI 404-3]

Celetistas

Empregados por gênero [GRI 404-3]

	2022		2023		2024		2025	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Homens	264	63,61%	288	64,14%	285	60,51%	310	65,82%
Mulheres	71	17,11%	83	18,49%	78	16,56%	94	19,96%
Não avaliados	80	19,28%	78	17,37%	108	22,93%	67	14,23%
Total	415	100,00%	449	100,00%	471	100,00%	471	100,00%

Empregados por categoria funcional [GRI 404-3]

	2022		2023		2024		2025	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Diretores	0	0,00%	0	0,00%	1	0,21%	1	0,21%
Gerentes	12	2,89%	13	2,90%	14	2,97%	20	4,25%
Outras funções de liderança	67	16,14%	76	16,93%	78	16,56%	99	21,02%
Especialistas Administrativos	3	0,72%	7	1,56%	6	1,27%	7	1,49%
Especialistas Operacionais	3	0,72%	9	2,00%	8	1,70%	12	2,55%
Administrativos	27	6,51%	29	6,46%	26	5,52%	21	4,46%
Operacionais	223	53,73%	237	52,78%	230	48,83%	244	51,80%
Não avaliados	80	19,28%	78	17,37%	108	22,93%	67	14,23%
Total	415	100,00%	449	100,00%	471	100,00%	471	100,00%

Estatutários

Empregados por gênero [GRI 404-3]

	2022		2023		2024		2025	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Homens	92	81,42%	86	81,90%	77	80,21%	74	82,22%
Mulheres	21	18,58%	19	18,10%	19	19,79%	16	17,78%
Total	113	100,00%	105	100,00%	96	100,00%	90	100,00%

Empregados por categoria funcional [GRI 404-3]

	2022		2023		2024		2025	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Diretores		0,00%		0,00%		0,00%	2	2,22%
Gerentes	12	10,62%	11	10,48%	11	11,46%	8	8,89%
Outras funções de liderança (chefes, coordenadores e encarregados)	35	30,97%	33	31,43%		0,00%	30	33,33%
Especialistas Administrativos		0,00%		0,00%	32	33,33%	1	1,11%
Especialistas Operacionais		0,00%		0,00%		0,00%	0	0,00%
Administrativos	7	6,19%	8	7,62%	8	8,33%	5	5,56%
Operacionais	59	52,21%	53	50,48%	45	46,88%	44	48,89%
Não avaliados		0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Total	113	100,00%	105	100,00%	96	100,00%	90	100,00%

* Gênero conforme especificado pelos próprios empregados.

DAE E A COMUNIDADE

GRI 203-1, 413-1, 3-3 Relacionamento com partes interessadas

O relacionamento próximo com a comunidade é uma prioridade para a DAE Jundiá, que trata o tema de forma transversal em sua gestão, com base em diretrizes, instrumentos de planejamento e exigências legais. Entre os principais referenciais adotados destaca-se o Plano Estratégico ESG 2025-2030, que contempla compromissos referentes ao relacionamento com partes interessadas, transparência, qualidade dos serviços e mitigação de impactos socioambientais, além de normativas ambientais, urbanísticas e diretrizes de programas federais aplicáveis às obras financiadas.

A Companhia identifica e avalia impactos reais e potenciais sobre comunidades locais principalmente no contexto de seus processos operacionais, de licenciamento ambiental, planejamento de obras, prestação de serviços de saneamento e funcionamento de canais de relacionamento com a população.

Os principais impactos positivos relacionados à atuação da DAE Jundiá estão relacionados à ampliação da infraestrutura de saneamento, à melhoria da qualidade ambiental e da saúde pública e ao incentivo do uso consciente da água. Eventualmente, podem ocorrer impactos temporários, como intervenções em vias públicas, interrupções pontuais no abastecimento ou ocorrências operacionais, como extravasamentos de esgoto, que são tratados por meio de ações de controle e manutenção.

Os impactos ocorrem majoritariamente nas atividades operacionais da própria Companhia, podendo também envolver empresas contratadas na execução de obras e serviços, que são submetidas a requisitos contratuais e legais específicos.

Gestão e engajamento

GRI 2-29

A DAE Jundiá mantém relacionamento contínuo com as diferentes partes interessadas impactadas por suas atividades, incluindo clientes, comunidades, empregados, poder concedente, órgãos de gestão de recursos hídricos e fornecedores.

O engajamento está estruturado para assegurar acesso à informação, compreender demandas e expectativas e contribuir para a qualidade dos serviços prestados. A Companhia adota canais diversificados de comunicação, com destaque para o atendimento presencial em cinco unidades, site institucional, redes sociais, Ouvidoria, Canal de Denúncias, Central de Relacionamento (0800 0133 155) – com

funcionamento ininterrupto – e atendimento via WhatsApp. Em 2025, foram registrados 125.702 atendimentos telefônicos, 57.662 via aplicativo de mensagens e 53.780 atendimentos presenciais.

Criada em 2019, a Ouvidoria atua como instância de segunda análise para Ordens de Serviços não atendidas nos demais canais de atendimento ou fora dos prazos estabelecidos, contribuindo para o aprimoramento dos serviços e para a transparência. As demandas são recebidas por formulário eletrônico, atendimento telefônico com gravação, e-mail e encaminhamentos de entidades reguladoras. Em 2025, a Ouvidoria registrou uma média de 57 atendimentos mensais.



No relacionamento com os clientes, a Companhia registrou 203.556 economias de água e 199.643 economias de esgoto ativas no período. Em relação à tarifa social, foram contabilizadas 488 economias residenciais beneficiadas em 2025, com meta de ampliação para 1.500 unidades consumidoras em 2026.

A Companhia desenvolve programas e iniciativas voltadas à educação ambiental e à interação com a comunidade, priorizando temas como o uso consciente da água, a adequada utilização do sistema de esgotamento sanitário e a preservação de mananciais. Em 2025, destacaram-se o Programa Águas de Jundiá, com 67 visitas e participação superior a 2.000 pessoas, e a formação de aproximadamente 130 professores da rede municipal, com impacto indireto em cerca de 5.000 alunos.

Além disso, a Companhia é parceira de projetos como Mc Tour e Óleo do Bem. Este último promoveu a coleta de aproximadamente 12 mil litros de óleo de cozinha usado e a reciclagem de sabão, com participação de unidades da empresa e escolas municipais como pontos de coleta.

No âmbito de Projetos de Trabalho Social (PTS), vinculados a obras financiadas, a empresa registrou **1.316 participações em 2025**, incluindo atividades de educação socioambiental, como oficinas, palestras e visitas monitoradas, que contribuem para o fortalecimento comunitário e a promoção de práticas sustentáveis. A DAE também possui programas de inclusão social, como a Tarifa Social.

Embora não seja possível quantificar de forma consolidada o alcance

dessas iniciativas por operação, a Companhia mantém mecanismos de avaliação de impactos, canais de diálogo e ações de engajamento que contribuem para a gestão dos impactos e para o fortalecimento do relacionamento com as comunidades locais.

A DAE Jundiá também é responsável pela gestão do Parque da Cidade e do Mundo das Crianças, espaços voltados à proteção do entorno da represa de abastecimento, além de promover lazer, bem-estar e educação ambiental para a população. O Parque da Cidade está localizado às margens da Represa de Acumulação, responsável por grande parte da água utilizada no abastecimento do município. O espaço tem acesso gratuito e contribui para a preservação ambiental e a qualidade de vida da população.



Gestão de impactos econômicos indiretos

Alinhada à missão de prestar serviços de saneamento com qualidade, eficiência e responsabilidade, a Companhia reconhece que suas atividades geram impactos econômicos indiretos relevantes, associados principalmente aos investimentos em infraestrutura, à prestação de serviços essenciais, à geração de empregos e ao fortalecimento da economia local.

A gestão desses impactos é orientada por instrumentos normativos e de planejamento, como a Lei das Estatais, a regulação da ARES-PCJ, o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios (RILCC), o Plano Municipal de Saneamento Básico e o planejamento estratégico. Ainda que não haja indicadores específicos exclusivamente dedicados ao tema, os impactos econômicos indiretos estão relacionados a compromissos permanentes da organização, como a ampliação da cobertura dos serviços, a melhoria dos indicadores operacionais, a segurança hídrica e a qualidade do atendimento à população.

A identificação e avaliação desses impactos ocorrem de forma contínua ao longo de todo o ciclo das atividades, desde o planejamento até a operação dos sistemas. O processo é estruturado com base em estudos técnicos preliminares, análises de viabilidade, matrizes de risco aplicadas a contratações e projetos, além de instâncias de governança que envolvem áreas técnicas, financeiras e diretivas. O planejamento integrado das intervenções e a comunicação com a população e demais partes interessadas complementam esse

modelo, permitindo avaliar e gerenciar os efeitos econômicos, sociais e operacionais associados às atividades da Companhia.

Os impactos negativos potenciais estão, em sua maioria, relacionados à execução de obras e à operação dos sistemas, podendo também envolver a atuação de fornecedores e prestadores de serviços. Para minimizar tais impactos, a DAE adota práticas como planejamento técnico e financeiro, cumprimento da legislação aplicável, definição de critérios de contratação, fiscalização contratual e monitoramento dos efeitos socioeconômicos das intervenções. Quando identificados impactos adversos, são adotadas medidas corretivas, incluindo planos de ação, revisão de procedimentos e, se necessário, aplicação de sanções contratuais, além da articulação com órgãos públicos e comunidade para tratamento das ocorrências.

Por outro lado, os impactos positivos são potencializados por meio de investimentos contínuos na expansão e modernização da infraestrutura, que contribuem para a geração de empregos diretos e indiretos, dinamização da cadeia de fornecedores, valorização urbana e melhoria das condições de saúde pública. A ampliação dos serviços de saneamento também fortalece a atratividade do município para novos empreendimentos e contribui para o desenvolvimento sustentável.



An aerial photograph of a modern architectural complex. The central feature is a tall, light blue building with a large glass facade. To its left is a vast parking lot filled with cars. To the right is a large, low-rise building with a white, corrugated metal roof. The foreground shows a curved concrete structure and a large green lawn. In the background, a multi-lane highway runs horizontally. The entire image is overlaid with a semi-transparent dark blue filter.

VALOR ECONÔMICO E PARCERIAS ESTRATÉGICAS

GESTÃO RESPONSÁVEL DE RECURSOS

GRI 201-1, 3-3 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A gestão do desempenho econômico da DAE Jundiá é orientada pela Lei das Estatais, Estatuto Social, Regimento Interno Geral e diretrizes da ARES-PCJ e de governança corporativa adotadas pela Companhia. A atuação econômica da empresa está alinhada à sua missão de garantir a prestação de serviços de saneamento com qualidade, eficiência e responsabilidade, assegurando o equilíbrio econômico-financeiro e a sustentabilidade de longo prazo.

Os impactos econômicos identificados decorrem diretamente das atividades da DAE, que estão relacionados à geração e distribuição de valor econômico, à execução de obras e projetos, à contratação de fornecedores e prestadores de serviços e ao relacionamento com o poder público e a sociedade.

A Companhia realiza um acompanhamento sistemático dos resultados econômico-financeiros, da execução orçamentária e dos investimentos realizados, por meio de indicadores financeiros, relatórios gerenciais, prestações de contas e instâncias formais de governança, como a Diretoria Executiva, o Conselho Fiscal, o Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração. Os processos de monitoramento e avaliação estão alinhados aos mecanismos de controle interno e externo aplicáveis às empresas estatais, assegurando transparência e responsabilidade na gestão dos recursos. Cabe destacar que a elaboração e demonstração dos resultados contábeis da DAE obedecem ao regime de competência, reconhecendo receitas e despesas no período correspondente ao fato gerador.

Em 2025, o orçamento de investimentos aprovado foi de R\$ 121 milhões, sendo R\$ 57 milhões unicamente com capital próprio e R\$ 44 milhões com recursos de terceiros – para os quais foram orçados mais R\$ 20 milhões de contrapartida da DAE, com recursos próprios, já previstos nos contratos em questão.

VALOR ECONÔMICO DIRETO GERADO E DISTRIBUÍDO (EM MILHARES DE REAIS) [GRI 201-1]				
	2022	2023	2024	2025
	Valor monetário	Valor monetário	Valor monetário	Valor monetário
Valor econômico direto gerado	R\$ 428.662,00	R\$ 516.757,00	R\$ 557.520,00	R\$ 592.463,00
Receitas	R\$ 428.662,00	R\$ 516.757,00	R\$ 557.520,00	R\$ 592.463,00
Valor econômico distribuído	R\$ 365.585,00	R\$ 450.403,00	R\$ 468.049,00	R\$ 500.176,00
Custos operacionais	R\$ 235.305,00	R\$ 296.134,00	R\$ 289.748,00	300.374,00
Salário e benefícios de empregados	R\$ 104.946,00	R\$ 120.390,00	R\$ 139.182,00	157.635,00
Pagamentos a provedores de capital	R\$ 5.507,00	R\$ 6.254,00	R\$ 7.785,00	8.547,00
Pagamentos ao governo (por país)	R\$ 19.827,00	R\$ 27.625,00	R\$ 31.334,00	33.620,00
Valor econômico retido	R\$ 63.077,00	R\$ 66.354,00	R\$ 89.471,00	R\$ 92.287,00
OUTROS INDICADORES FINANCEIROS				
	2022	2023	2024	2025
EBITDA (em milhares de reais)	61.000	78.783	102.988	96.537
Margem líquida EBITDA	15,83%	16,38%	19,77%	17,10%
Endividamento	24,91%	28,58%	26,74%	27,13%
Liquidez corrente	2,49	3,84	4,54	5,05

Nota: o formato da apresentação dos dados, em relação aos anos anteriores, foi alterado com o objetivo de atender aos itens estabelecidos pela norma GRI. Os dados do demonstrativo do valor econômico direto gerado e distribuído, foram devidamente reconciliados com as Demonstrações Financeiras.

No exercício de 2025, a DAE Jundiaí manteve sua gestão econômico-financeira orientada ao equilíbrio entre a execução de investimentos e a estrutura tarifária vigente. A receita da Companhia permaneceu majoritariamente vinculada à arrecadação tarifária, principal fonte de financiamento das operações e dos projetos de expansão. A definição de tarifa, baseada em estudos realizados em 2024 e validada pela ARES-PCJ, considerou os custos operacionais e os planos de expansão.

A Companhia adotou uma estratégia combinada para viabilizar seu plano de investimentos, contemplando a utilização de recursos próprios, a captação de recursos externos — especialmente para projetos de maior porte — e a priorização e reprogramação de iniciativas conforme a disponibilidade financeira. Nesse contexto, estão previstos projetos estruturantes para os próximos anos, entre os quais se destacam a futura construção de um novo sistema de tratamento de esgoto da ETE São José, com investimento estimado em R\$ 62 milhões, e a futura ampliação da capacidade de reservação de água na região do Guapeva, estimada em R\$ 100 milhões.

Para dar suporte a esses empreendimentos, foram iniciadas operações de financiamento com instituições financeiras e programas públicos, incluindo linhas com recursos do FGTS e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), além da obtenção de recursos não reembolsáveis, como os destinados à ampliação da rede de esgotamento sanitário, no montante aproximado de R\$ 33 milhões.



O reajuste tarifário de 8,28% aprovado pela Resolução ARES-PCJ nº 587/2024, ainda que o crescimento do volume faturado tenha permanecido inferior a 0,5%, refletiu no desempenho financeiro positivo. A performance também foi influenciada pela gestão financeira, com aumento das receitas provenientes de aplicações e redução de despesas, incluindo custos com energia elétrica e provisões de contingências.

Além disso, a incorporação de ativos contribuiu para o fortalecimento patrimonial da Companhia, com o recebimento de redes de água e esgoto construídas por terceiros, totalizando mais de R\$ 5.035 mil.

O EBITDA alcançou R\$ 96.537 mil, correspondente a 17% da Receita Operacional Líquida, mantendo-se em patamar consistente, ainda que inferior ao observado no exercício anterior, em função da estabilidade no volume faturado.

Em dezembro de 2025, foi aplicado novo reajuste tarifário, conforme a Resolução ARES-PCJ nº 664/2025, com atualização de 4,86% nas tarifas de água e esgoto e de 5,17% nos demais serviços, com base nos índices de inflação.

Para os próximos anos, a Companhia projeta a continuidade do ciclo de investimentos, com previsão de ampliação significativa dos aportes a partir de 2026. Assim, a estratégia financeira permanece orientada pela busca de equilíbrio entre a modicidade tarifária, a sustentabilidade econômico-financeira e a capacidade de investimento necessária para a expansão e modernização dos serviços de saneamento.

Regulação tarifária

O processo de definição tarifária é conduzido pela ARES-PCJ (Resolução ARES-PCJ nº 423/2022), que avalia tecnicamente as informações encaminhadas pela DAE, incluindo custos operacionais e necessidades de investimento, e estabelece a tarifa média necessária para garantir o equilíbrio econômico-financeiro da operação.

A Prefeitura Municipal de Jundiaí não participa diretamente da definição do reajuste tarifário, sendo esse um processo regulatório independente, conduzido pela agência reguladora, o que reforça a governança e a transparência na gestão.



CADEIA DE VALOR

GRI 2-6, 414-1, 414-2

A DAE Jundiaí mantém relações institucionais relevantes com órgãos públicos, entidades reguladoras, consórcios intermunicipais e organizações ligadas à gestão dos recursos hídricos. Além disso, possui contratos com empresas privadas para prestação de serviços terceirizados como atendimento ao cliente, sistemas, limpeza, equipamentos, entre outros.

No período de 2025, não foram registradas alterações na natureza jurídica, no setor de atuação ou no modelo de negócios, bem como na cadeia de valor e relações institucionais da DAE em relação ao ano anterior. Também não houve mudanças na estrutura das relações com fornecedores, reguladores ou entidades parceiras.

No âmbito da gestão de fornecedores, logística e operações, a empresa esteve focada no cumprimento de requisitos legais, melhoria dos processos internos e ampliação da eficiência operacional, em um contexto de crescimento urbano e aumento da complexidade das demandas por serviços de saneamento.

A Companhia adota critérios de seleção de fornecedores com base na legislação aplicável às contratações públicas, assegurando o atendimento às exigências trabalhistas e sociais. É vedada a participação em processos licitatórios de empresas que empreguem menores de 16 anos, exceto na condição de aprendiz ou estagiário. A habilitação dos fornecedores está condicionada à comprovação de regularidade trabalhista e social, verificada por meio de documentação específica, como certidões da Justiça do Trabalho e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Embora ainda não disponha de estudos estruturados ou indicadores específicos para a avaliação de desempenho socioambiental da cadeia de fornecedores, a DAE Jundiaí mantém mecanismos de verificação documental que contribuem para a mitigação de riscos

de não conformidade. A gestão dos contratos é descentralizada e realizada pelas áreas responsáveis, que acompanham a execução dos serviços e o cumprimento das obrigações.

A DAE possui uma comissão interna voltada ao desenvolvimento e à implantação de práticas de compras sustentáveis, com foco na evolução dos processos e na incorporação gradual de critérios socioambientais nas contratações, com perspectiva de avanço na estruturação de parâmetros mais abrangentes de sustentabilidade.

Em 2025, a Companhia avançou na revisão de normativos internos, com a atualização do manual de compras de acordo com a Lei nº 13.303/2016. Como desdobramento, foram iniciadas capacitações das equipes responsáveis, priorizando o aprimoramento da elaboração de termos de referência e a incorporação de critérios socioambientais nos processos licitatórios. Além disso, foi iniciada a implantação de um sistema integrado de gestão (ERP), com o objetivo de digitalizar processos, reduzir atividades manuais e ampliar a rastreabilidade das informações.

Na área logística, o ano foi marcado pelo início da reestruturação do controle de estoques e das condições de armazenamento. Entre as principais ações, destacam-se a locação de espaço dedicado para materiais sensíveis, anteriormente expostos a intempéries, o início da verticalização do estoque e a padronização das práticas de armazenagem. Também foi estruturado o planejamento de um novo centro logístico, com aproximadamente 10 mil m², destinado à otimização da movimentação e armazenamento de materiais de grande porte. Essas iniciativas visam reduzir perdas, melhorar a precisão dos inventários e apoiar a tomada de decisão nas áreas operacionais.

An aerial photograph of a large stadium under construction. The seating bowl is visible, with rows of steel bleachers. The surrounding area includes a parking lot, a modern building with a white facade, and some greenery. The image is overlaid with a dark blue gradient.

TRANSPARÊNCIA TÉCNICA

Diversidade em órgãos de governança

Percentual de indivíduos que integram os órgãos de governança da organização, discriminados por gênero [GRI 405-1]

Categoria Funcional por gênero		2022		2023		2024		2025	
		Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Conselho de Administração	Homens	6	75%	6	86%	6	86%	7	100%
	Mulheres	2	25%	1	14%	1	14%	0	0%
	Outros*	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Não informado	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Diretoria Executiva	Homens	8	73%	8	73%	9	75%	7	64%
	Mulheres	3	27%	3	27%	3	25%	4	36%
	Outros*	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Não informado	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Comitê de Elegibilidade	Homens	1	33%	1	33%	0	0%	2	67%
	Mulheres	2	67%	2	67%	3	100%	1	33%
	Outros*	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Não informado	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Comitê de Auditoria	Homens	2	67%	2	67%	2	67%	2	67%
	Mulheres	1	33%	1	33%	1	33%	1	33%
	Outros*	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Não informado	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Conselho Fiscal	Homens	3	100%	3	100%	3	100%	3	100%
	Mulheres	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Outros*	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Não informado	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Comitê de Ética	Homens	1	20%	1	20%	2	40%	3	60%
	Mulheres	4	80%	4	80%	3	60%	2	40%
	Outros*	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Não informado	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Comitê ESG	Homens	ND	ND	ND	ND	ND	ND	5	50%
	Mulheres	ND	ND	ND	ND	ND	ND	5	50%
	Outros*	ND	ND	ND	ND	ND	ND	0	0%
	Não informado	ND	ND	ND	ND	ND	ND	0	0%
Total		33		32		33		42	

Percentual de indivíduos que integram os órgãos de governança da organização, discriminados por faixa etária

Categoria Funcional	por faixa etária	2022		2023		2024		2025	
		Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Conselho de Administração	Abaixo de 30 anos	ND	ND	ND	ND	ND	ND	0	0%
	De 30 a 50 anos	ND	ND	ND	ND	ND	ND	2	29%
	Acima de 50 anos	ND	ND	ND	ND	ND	ND	5	71%
Diretoria Executiva	Abaixo de 30 anos	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	De 30 a 50 anos	6	55%	6	55%	7	58%	6	86%
	Acima de 50 anos	5	45%	5	45%	5	42%	5	71%
Comitê de Elegibilidade	Abaixo de 30 anos	ND	ND	ND	ND	ND	ND	0	0%
	De 30 a 50 anos	ND	ND	ND	ND	ND	ND	3	100%
	Acima de 50 anos	ND	ND	ND	ND	ND	ND	0	0%
Comitê de Auditoria	Abaixo de 30 anos	ND	ND	ND	ND	ND	ND	0	0%
	De 30 a 50 anos	ND	ND	ND	ND	ND	ND	1	33%
	Acima de 50 anos	ND	ND	ND	ND	ND	ND	2	67%
Conselho Fiscal	Abaixo de 30 anos	ND	ND	ND	ND	ND	ND	0	0%
	De 30 a 50 anos	ND	ND	ND	ND	ND	ND	2	67%
	Acima de 50 anos	ND	ND	ND	ND	ND	ND	1	33%
Comitê de Ética	Abaixo de 30 anos	ND	ND	ND	ND	ND	ND	0	0%
	De 30 a 50 anos	ND	ND	ND	ND	ND	ND	5	100%
	Acima de 50 anos	ND	ND	ND	ND	ND	ND	0	0%
Comitê ESG	Abaixo de 30 anos	ND	ND	ND	ND	ND	ND	0	0%
	De 30 a 50 anos	ND	ND	ND	ND	ND	ND	9	90%
	Acima de 50 anos	ND	ND	ND	ND	ND	ND	1	10%
Total		11		11		12		42	

Percentual de indivíduos que integram os órgãos de governança da organização, discriminados por raça

Categoria Funcional	por raça	2022		2023		2024		2025	
		Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Conselho de Administração	Amarela	ND	ND	ND	ND	ND	ND	2	29%
	Branca	ND	ND	ND	ND	ND	ND	5	71%
	Negra	ND	ND	ND	ND	ND	ND	0	0%
	Parda	ND	ND	ND	ND	ND	ND	0	0%
	Indígena	ND	ND	ND	ND	ND	ND	0	0%
	Não informada	ND	ND	ND	ND	ND	ND	0	0%
Diretoria Executiva	Amarela	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Branca	10	91%	10	91%	11	92%	10	91%
	Negra	1	9%	1	9%	1	8%	1	9%
	Parda	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Indígena	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Não informada	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Comitê de Elegibilidade	Amarela	ND	ND	ND	ND	ND	ND	0	0%
	Branca	ND	ND	ND	ND	ND	ND	3	100%
	Negra	ND	ND	ND	ND	ND	ND	0	0%
	Parda	ND	ND	ND	ND	ND	ND	0	0%
	Indígena	ND	ND	ND	ND	ND	ND	0	0%
	Não informada	ND	ND	ND	ND	ND	ND	0	0%
Comitê de Auditoria	Amarela	ND	ND	ND	ND	ND	ND	0	0%
	Branca	ND	ND	ND	ND	ND	ND	3	100%
	Negra	ND	ND	ND	ND	ND	ND	0	0%
	Parda	ND	ND	ND	ND	ND	ND	0	0%
	Indígena	ND	ND	ND	ND	ND	ND	0	0%
	Não informada	ND	ND	ND	ND	ND	ND	0	0%

Percentual de indivíduos que integram os órgãos de governança da organização, discriminados por raça

Categoria Funcional	por raça	2022		2023		2024		2025	
Conselho Fiscal	Amarela	ND	ND	ND	ND	ND	ND	0	0%
	Branca	ND	ND	ND	ND	ND	ND	3	100%
	Negra	ND	ND	ND	ND	ND	ND	0	0%
	Parda	ND	ND	ND	ND	ND	ND	0	0%
	Indígena	ND	ND	ND	ND	ND	ND	0	0%
	Não informada	ND	ND	ND	ND	ND	ND	0	0%
Comitê de Ética	Amarela	ND	ND	ND	ND	ND	ND	0	0%
	Branca	ND	ND	ND	ND	ND	ND	4	80%
	Negra	ND	ND	ND	ND	ND	ND	1	20%
	Parda	ND	ND	ND	ND	ND	ND	0	0%
	Indígena	ND	ND	ND	ND	ND	ND	0	0%
	Não informada	ND	ND	ND	ND	ND	ND	0	0%
Comitê ESG	Amarela	ND	ND	ND	ND	ND	ND	0	0%
	Branca	ND	ND	ND	ND	ND	ND	8	80%
	Negra	ND	ND	ND	ND	ND	ND	0	0%
	Parda	ND	ND	ND	ND	ND	ND	2	20%
	Indígena	ND	ND	ND	ND	ND	ND	0	0%
	Não informada	ND	ND	ND	ND	ND	ND	0	0%
Total		11		11		12		42	

Diversidade em empregados (CELETISTAS)

PERCENTUAL DE EMPREGADOS POR CATEGORIA FUNCIONAL, DISCRIMINADOS POR GÊNERO

Categoria Funcional	por gênero	2022		2023		2024		2025	
		Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Diretores	Homens	8	2%	8	2%	9	2%	6	1%
	Mulheres	3	1%	3	1%	3	1%	3	1%
	Outros*	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Não informado	0	0	0	0	0	0	0	0
Gerentes	Homens	8	2%	8	2%	9	2%	12	3%
	Mulheres	4	1%	5	1%	5	1%	8	2%
	Outros*	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Não informado	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras funções de liderança	Homens	39	9%	45	10%	49	10%	61	13%
	Mulheres	28	7%	31	7%	29	6%	38	8%
	Outros*	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Não informado	0	0	0	0	0	0	0	0
Especialistas Administrativos	Homens	35	8%	36	8%	37	8%	27	6%
	Mulheres	33	8%	35	8%	35	7%	32	7%
	Outros*	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Não informado	0	0	0	0	0	0	0	0
Especialistas Operacionais	Homens	3	1%	8	2%	8	2%	12	3%
	Mulheres	0	0%	1	0%	2	0%	3	1%
	Outros*	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Não informado	0	0	0	0	0	0	0	0
Administrativos	Homens	16	4%	16	4%	17	4%	14	3%
	Mulheres	13	3%	13	3%	14	3%	7	1%
	Outros*	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Não informado	0	0	0	0	0	0	0	0
Operacionais	Homens	199	48%	210	47%	220	47%	213	45%
	Mulheres	26	6%	30	7%	34	7%	35	7%
	Outros*	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Não informado	0	0	0	0	0	0	0	0
Total		415	100%	449	100%	471	100%	471	100%

PERCENTUAL DE EMPREGADOS POR CATEGORIA FUNCIONAL, DISCRIMINADOS POR FAIXA ETÁRIA

Categoria Funcional	por faixa etária	2022		2023		2024		2025	
		Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Diretores	Abaixo de 30 anos	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	De 30 a 50 anos	6	1%	6	1%	7	1%	5	1%
	Acima de 50 anos	5	1%	5	1%	5	1%	4	1%
Gerentes	Abaixo de 30 anos	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	De 30 a 50 anos	9	2%	10	2%	9	2%	14	3%
	Acima de 50 anos	3	1%	3	1%	5	1%	6	1%
Outras funções de liderança	Abaixo de 30 anos	1	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	De 30 a 50 anos	50	12%	57	13%	59	13%	75	16%
	Acima de 50 anos	16	4%	19	4%	19	4%	24	5%
Especialistas Administrativos	Abaixo de 30 anos	9	2%	9	2%	8	2%	8	2%
	De 30 a 50 anos	37	9%	38	8%	41	9%	38	8%
	Acima de 50 anos	22	5%	24	5%	23	5%	13	3%
Especialistas Operacionais	Abaixo de 30 anos	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	De 30 a 50 anos	0	0%	6	1%	8	2%	13	3%
	Acima de 50 anos	3	1%	3	1%	2	0%	2	0%
Administrativos	Abaixo de 30 anos	2	0%	3	1%	0	0%	0	0%
	De 30 a 50 anos	24	6%	24	5%	27	6%	17	4%
	Acima de 50 anos	3	1%	2	0%	4	1%	4	1%
Operacionais	Abaixo de 30 anos	10	2%	15	3%	15	3%	6	1%
	De 30 a 50 anos	140	34%	147	33%	145	31%	152	32%
	Acima de 50 anos	75	18%	78	17%	94	20%	90	19%
Total		415	100%	449	100%	471	100%	471	100%

PERCENTUAL DE EMPREGADOS POR CATEGORIA FUNCIONAL, DISCRIMINADOS POR FAIXA RAÇA

Categoria Funcional	por raça	2022		2023		2024		2025	
		Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Diretores	Amarela	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Branca	10	2%	10	2%	11	2%	8	2%
	Negra	1	0%	1	0%	1	0%	1	0%
	Parda	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Indígena	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Não informada	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Gerentes	Amarela	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Branca	11	3%	11	2%	12	3%	18	4%
	Negra	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Parda	1	0%	2	0%	2	0%	2	0%
	Indígena	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Não informada	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Outras funções de liderança	Amarela	2	0%	2	0%	3	1%	3	1%
	Branca	54	13%	60	13%	61	13%	75	16%
	Negra	2	0%	2	0%	5	1%	4	1%
	Parda	9	2%	12	3%	9	2%	17	4%
	Indígena	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Não informada	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Especialistas Administrativos	Amarela	0	0%	0	0%	0	0%	1	0%
	Branca	59	14%	62	14%	61	13%	50	11%
	Negra	3	1%	3	1%	3	1%	0	0%
	Parda	6	1%	6	1%	8	2%	8	2%
	Indígena	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Não informada	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%

PERCENTUAL DE EMPREGADOS POR CATEGORIA FUNCIONAL, DISCRIMINADOS POR FAIXA RAÇA

Categoria Funcional	por raça	2022		2023		2024		2025	
		Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Especialistas Operacionais	Amarela	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Branca	3	1%	7	2%	7	1%	12	3%
	Negra	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Parda	0	0%	1	0%	2	0%	3	1%
	Indígena	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Não informada	0	0%	1	0%	1	0%	0	0%
Administrativos	Amarela	2	0%	3	1%	4	1%	3	1%
	Branca	24	6%	23	5%	24	5%	16	3%
	Negra	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Parda	3	1%	3	1%	3	1%	2	0%
	Indígena	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Não informada	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Operacionais	Amarela	2	0%	3	1%	3	1%	3	1%
	Branca	148	36%	156	35%	167	35%	162	34%
	Negra	17	4%	18	4%	20	4%	19	4%
	Parda	58	14%	61	14%	63	13%	64	14%
	Indígena	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Não informada	0	0%	2	0%	1	0%	0	0%
Total		415	100%	449	100%	471	100%	471	100%

Diversidade em empregados (ESTATUTÁRIOS)

PERCENTUAL DE EMPREGADOS POR CATEGORIA FUNCIONAL, DISCRIMINADOS POR GÊNERO

Categoria Funcional	por gênero	2022		2023		2024		2025	
		Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Diretores	Homens	0	0%	0	0%	0	0%	1	1%
	Mulheres	0	0%	0	0%	0	0%	1	1%
	Outros*	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Não informado	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Gerentes	Homens	7	6%	7	7%	7	7%	6	7%
	Mulheres	5	4%	4	4%	4	4%	2	2%
	Outros*	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Não informado	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Outras funções de liderança	Homens	26	23%	26	25%	25	26%	23	26%
	Mulheres	9	8%	7	7%	7	7%	7	8%
	Outros*	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Não informado	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Especialistas Administrativos	Homens	0	0%	0	0%	0	0%	1	1%
	Mulheres	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Outros*	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Não informado	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Especialistas Operacionais	Homens	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Mulheres	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Outros*	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Não informado	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Administrativos	Homens	3	3%	3	3%	3	3%	2	2%
	Mulheres	4	4%	5	5%	5	5%	3	3%
	Outros*	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Não informado	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Operacionais	Homens	56	50%	50	48%	42	44%	41	46%
	Mulheres	3	3%	3	3%	3	3%	3	3%
	Outros*	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Não informado	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Total		113	100%	105	100%	96	100%	90	100%

PERCENTUAL DE EMPREGADOS POR CATEGORIA FUNCIONAL, DISCRIMINADOS POR FAIXA ETÁRIA

Categoria Funcional por faixa etária		2022		2023		2024		2025	
		Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Diretores	Abaixo de 30 anos	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	De 30 a 50 anos	0	0%	0	0%	1	1%	1	1%
	Acima de 50 anos	0	0%	0	0%	0	0%	1	1%
Gerentes	Abaixo de 30 anos	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	De 30 a 50 anos	3	3%	2	2%	2	2%	1	1%
	Acima de 50 anos	9	8%	9	9%	8	8%	7	8%
Outras funções de liderança	Abaixo de 30 anos	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	De 30 a 50 anos	12	11%	10	10%	8	8%	6	7%
	Acima de 50 anos	23	20%	23	22%	24	25%	24	27%
Especialistas Administrativos	Abaixo de 30 anos	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	De 30 a 50 anos	0	0%	0	0%	0	0%	1	1%
	Acima de 50 anos	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Especialistas Operacionais	Abaixo de 30 anos	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	De 30 a 50 anos	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Acima de 50 anos	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Administrativos	Abaixo de 30 anos	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	De 30 a 50 anos	2	2%	2	2%	2	2%	1	1%
	Acima de 50 anos	5	4%	6	6%	6	6%	4	4%
Operacionais	Abaixo de 30 anos	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	De 30 a 50 anos	13	12%	10	10%	8	8%	6	7%
	Acima de 50 anos	46	41%	43	41%	37	39%	38	42%
Total		113	100%	105	100%	96	100%	90	100%

PERCENTUAL DE EMPREGADOS POR CATEGORIA FUNCIONAL, DISCRIMINADOS POR FAIXA RAÇA

Categoria Funcional	por raça	2022		2023		2024		2025	
		Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Diretores	Amarela	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Branca	0	0%	0	0%	1	1%	2	2%
	Negra	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Parda	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Indígena	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Não informada	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Gerentes	Amarela	2	2%	1	1%	1	1%	1	1%
	Branca	10	9%	10	10%	9	9%	7	8%
	Negra	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Parda	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Indígena	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Não informada	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Outras funções de liderança	Amarela	1	1%	1	1%	0	0%	1	1%
	Branca	27	24%	25	24%	23	24%	22	24%
	Negra	4	4%	4	4%	3	3%	4	4%
	Parda	3	3%	3	3%	6	6%	3	3%
	Indígena	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Não informada	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Especialistas Administrativos	Amarela	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Branca	0	0%	0	0%	0	0%	1	1%
	Negra	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Parda	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Indígena	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Não informada	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%

PERCENTUAL DE EMPREGADOS POR CATEGORIA FUNCIONAL, DISCRIMINADOS POR FAIXA RAÇA

Categoria Funcional	por raça	2022		2023		2024		2025	
		Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Especialistas Operacionais	Amarela	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Branca	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Negra	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Parda	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Indígena	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Não informada	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Administrativos	Amarela	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Branca	6	5%	7	7%	7	7%	4	4%
	Negra	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Parda	1	1%	1	1%	1	1%	1	1%
	Indígena	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Não informada	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Operacionais	Amarela	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Branca	48	42%	43	41%	37	39%	36	40%
	Negra	1	1%	1	1%	1	1%	1	1%
	Parda	10	9%	9	9%	7	7%	7	8%
	Indígena	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Não informada	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Total		113	100%	105	100%	96	100%	90	100%

GRI 404-1 Média de horas de Treinamento

CELETISTAS POR CATEGORIA FUNCIONAL [GRI 404-1]

	2022		2023		2024		2025	
	h totais	média de h	h totais	média de h	h totais	média de h	h totais	média de h
Diretores	108,5	9,9	843,5	76,7	197	16,4	348	38,7
Gerentes	541	45,1	1148,5	88,3	318	22,7	696	34,8
Outras funções de liderança	2673	39,9	2620,5	34,5	1603	20,6	2704,5	27,3
Especialistas Administrativos	550	8,1	1181	16,6	1005	14	584,5	9,9
Especialistas Operacionais	7	2,3	321,5	35,7	261,5	26,2	334	22,3
Administrativos	186	6,4	182,5	6,3	229,5	7,4	88	4,2
Operacionais	2611,5	11,6	2896,5	12,1	2305	9,1	2187,5	8,8
Total	6.677,00	16,09	9.194,00	20,48	5.919,00	12,57	6.942,50	14,74

ESTATUTÁRIOS POR CATEGORIA FUNCIONAL [GRI 404-1]

	2022		2023		2024		2025	
	h totais	média de h	h totais	média de h	h totais	média de h	h totais	média de h
Diretores	0	--	0	--	0	--	137	68,5
Gerentes	318,5	26,5	1091,5	99,2	265	24,1	179	22,4
Outras funções de liderança	997,5	28,5	601,5	18,2	420,5	13,1	589,5	19,7
Especialistas Administrativos	0	--	0	--	0	--	3	3
Especialistas Operacionais	0	--	0	--	0	--	0	--
Administrativos	20,5	2,9	94,5	11,8	41,5	5,2	10,5	2,1
Operacionais	372,5	6,3	191,5	3,6	236,5	5,3	143,5	3,3
Total	1.709,00	15,12	1.979,00	18,85	963,5	10,04	1.062,50	11,81

ÍNDICE DE CONTEÚDO GRI

DECLARAÇÃO DE USO	Dae Jundiá reportou com base nas Normas GRI para o período 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025
GRI 1 UTILIZADO	GRI 1: Fundamentos 2021
PADRÕES SETORIAIS DA GRI APLICÁVEIS	Não há Norma Setorial GRI específica para o setor de saneamento.

PADRÃO GRI/OUTRA FONTE	CONTEÚDO	LOCALIZAÇÃO (PÁGINA)	COMENTÁRIO	OMISSÃO			ODS
				Requisitos Omitidos	Motivo	Explicação	
GRI 2: Divulgações Gerais 2021	A organização e suas práticas de relato						
	2-1	Detalhes organizacionais	15				16
	2-2	Entidades incluídas no relatório de sustentabilidade da organização	-	A DAE Jundiaí possui escopo organizacional próprio, sem participação ou controle sobre outras entidades ou empresas. Tanto o Relatório Anual de Sustentabilidade quanto o Relatório de Administração, submetido à auditoria externa independente, contemplam exclusivamente as operações da Companhia.			12, 16
	2-3	Período do relatório, frequência e ponto de contato	6				12, 16
	2-4	Reformulações de informações	-	Indicadores que sofreram reformulações e aprimoramentos metodológicos: 2-21, 103-2, 103-4, 201-1, 305-3 e 305-4. O detalhamento de cada reformulação está apresentado no campo “Comentário” do Sumário de Conteúdo GRI, junto ao respectivo indicador.			12, 16
	2-5	Verificação externa	6				12, 16
	2-6	Atividades, cadeia de valor e outras relações comerciais	15 e 63				8, 12
	2-7	Funcionários	47 e 48				5, 8 10

PADRÃO GRI/OUTRA FONTE	CONTEÚDO	LOCALIZAÇÃO (PÁGINA)	COMENTÁRIO	OMISSÃO			ODS
				Requisitos Omitidos	Motivo	Explicação	
GRI 2: Divulgações Gerais 2021	2-8 Trabalhadores que não são empregados (tercerizados)	48					8
	Governança						
	2-9 Estrutura e composição de governança	17					5, 16
	2-10 Nomeação e seleção do mais alto órgão de governança	19					5, 16
	2-11 Presidente do mais alto órgão de governança	19					16
	2-12 Papel do mais alto órgão de governança na supervisão da gestão de impactos	22,24					12, 16
	2-13 Delegação de responsabilidade pela gestão de impactos	24					12, 16
	2-14 Papel do mais alto órgão de governança nos relatórios de sustentabilidade	6					12, 16
	2-15 Conflitos de interesse	23					16

PADRÃO GRI/OUTRA FONTE	CONTEÚDO	LOCALIZAÇÃO (PÁGINA)	COMENTÁRIO	OMISSÃO			ODS
				Requisitos Omitidos	Motivo	Explicação	
GRI 2: Divulgações Gerais 2021	2-16 Comunicação de preocupações críticas	23			Restrições de confidencialidade	Em 2025, o Canal de Denúncias registrou 271 relatos. Em observância aos princípios de confidencialidade, sigilo e proteção das informações, a DAE apresenta esses dados de forma consolidada, não realizando, neste ciclo de relato, a segregação específica das manifestações classificadas como preocupações cruciais comunicadas ao Conselho de Administração, nem de sua natureza.	16
	2-17 Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governança				Informações indisponíveis/incompletas	Em 2025, a DAE iniciou a implementação do Plano Estratégico ESG 2025-2030. Embora ainda não houvesse processo formalizado, as iniciativas contribuíram para ampliar o engajamento do Conselho de Administração sobre os temas ESG e fortalecer a atuação da governança nas decisões relacionadas ao desenvolvimento sustentável.	4, 16

PADRÃO GRI/OUTRA FONTE	CONTEÚDO	LOCALIZAÇÃO (PÁGINA)	COMENTÁRIO	OMISSÃO			ODS
				Requisitos Omitidos	Motivo	Explicação	
GRI 2: Divulgações Gerais 2021	2-18 Avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança	-			Não aplicável	Em 2025, a DAE Jundiá ainda não contava com um processo formalizado de avaliação de desempenho do Conselho de Administração. Dessa forma, não houve, no período, avaliação estruturada com periodicidade definida, seja em formato interno ou independente, nem medidas específicas decorrentes desse tipo de processo.	16
	2-19 Políticas de remuneração	20					8, 10
	2-20 Processo para determinar a remuneração	20,49	O processo de determinação da remuneração não contempla, atualmente, a atuação de comitê independente ou a participação de stakeholders por meio de votação.				5, 8, 10
	2-21 Índice de remuneração total anual	20	Reformulação de informações [2-4]: Em 2025 houve a mudança na metodologia do cálculo da remuneração total.		Informação indisponível/incompleta	A DAE não tem os dados retroativos conforme os critérios atuais estabelecidos., não sendo possível apresentar o conteúdo GRI 2-21 b.	8, 10, 16
Estratégia, políticas e práticas							
GRI 2: Divulgações Gerais 2021	2-22 Declaração sobre a estratégia de desenvolvimento sustentável	4					8, 10
	2-23 Política de Compromissos	24					12, 13 16

PADRÃO GRI/OUTRA FONTE	CONTEÚDO	LOCALIZAÇÃO (PÁGINA)	COMENTÁRIO	OMISSÃO			ODS
				Requisitos Omitidos	Motivo	Explicação	
GRI 2: Divulgações Gerais 2021	2-24 Incorporando a política de compromissos	24					8, 12, 16
	2-25 Processos para remediar impactos negativos	24					8, 12, 16
	2-26 Mecanismos para buscar aconselhamento e levantar preocupações	23, 24					8, 16
	2-27 Conformidade com as leis e regulamentos	24					8, 16
	2-28 Associações de membros	13	As informações sobre a participação nas Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ estão disponíveis em: https://www.comitespcj.org.br/#				16
	Envolvimento com Stakeholders						
	2-29 Abordagem para o envolvimento stakeholders	57					17
	2-30 Acordos coletivos	49					8, 16
TEMAS MATERIAIS							
GRI 3: Tópicos Materiais 2021	3-1 Processo de definição de temas materiais	7					12, 16
GRI 3: Tópicos Materiais 2021	3-2 Lista de temas materiais	7					12, 16
Acesso universal e equitativo ao saneamento e segurança hídrica							
GRI 3: Tópicos Materiais 2021	3-3 Gerenciamento de tópicos materiais	33					6
GRI 303: Água e Efluentes 2018	303-1 Interações com a água como um recurso compartilhado	33					6, 12

PADRÃO GRI/OUTRA FONTE	CONTEÚDO	LOCALIZAÇÃO (PÁGINA)	COMENTÁRIO	OMISSÃO			ODS
				Requisitos Omitidos	Motivo	Explicação	
GRI 303: Água e Efluentes 2018	303-2 Gestão de impactos relacionados ao descarte de água	33 e 37					6, 14
	303-3 Captação de água	33					6, 12
	303-4 Descarte de água	33 e 36					6, 14
	303-5 Consumo de água	33 e 35					6, 12
Gestão estratégica, mudança cultural e eficiência operacional							
GRI 3: Tópicos Materiais 2021	3-3 Gerenciamento de tópicos materiais	52					4, 8
GRI 404: Capacitação e Educação 2016	404-1 Média de horas de capacitação por ano, por empregado	52, 53 e 77	Os dados reportados abrangem todos os empregados próprios considerados no GRI 2-7. Os trabalhadores terceirizados, aprendizes e estagiários também participam de ações de capacitação; contudo, a consolidação e o reporte específico das horas de treinamento desses públicos estão previstos para o próximo ciclo de relato.				4, 8
	404-2 Programas para atualizar as habilidades dos funcionários e programas de assistência à transição	52					4, 8
	404-3 Percentual de empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira	52, 54, 55 e 56					4, 8
Desempenho econômico-financeiro							
GRI 3: Tópicos Materiais 2021	3-3 Gerenciamento de tópicos materiais	61					8

PADRÃO GRI/OUTRA FONTE	CONTEÚDO	LOCALIZAÇÃO (PÁGINA)	COMENTÁRIO	OMISSÃO			ODS
				Requisitos Omitidos	Motivo	Explicação	
GRI 201: Desempenho Econômico 2016	201-1 Valor econômico direto gerado e distribuído	61	Reformulação de informações [2-4]: O formato da apresentação dos dados foi alterado com o objetivo de atender aos itens estabelecidos pela norma GRI.		Informação indisponível/incompleta	No âmbito dos investimentos na comunidade, atualmente, os lançamentos são feitos junto com “Serviços de terceiros” e “Compras de materiais de consumo”, não havendo o registro contábil em conta específica.	8, 9
GRI 201: Desempenho Econômico 2016	201-2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas	41 e 42					13
Resiliência climática							
GRI 3: Tópicos Materiais 2021	3-3 Gerenciamento de tópicos materiais	43					13
GRI 305: Emissões 2016	305-1 Emissões diretas (Escopo 1) de GEE	41 e 43					13
	305-2 Emissões indiretas (Escopo 2) de GEE provenientes da aquisição de energia	41 e 43					13
	305-3 Outras emissões indiretas (Escopo 3) de GEE	41 e 44	Reformulação de informações [2-4]: Os cálculos de emissões provenientes do tratamento de efluentes no período de 2022 a 2024 foram revisados devido à inconsistência de dados. Portanto, os valores se diferenciam daqueles apresentados nos Relatórios de Sustentabilidade dos anos anteriores.				13

PADRÃO GRI/OUTRA FONTE	CONTEÚDO	LOCALIZAÇÃO (PÁGINA)	COMENTÁRIO	OMISSÃO			ODS
				Requisitos Omitidos	Motivo	Explicação	
GRI 305: Emissões 2016	305-4 Intensidade de emissões de GEE	41 e 44	Reformulação de informações [2-4]: Os valores dos anos anteriores 2022 a 2024 foram recalculados, pois anteriormente o denominador considerava apenas o volume de água distribuída. No entanto, como o volume de esgoto tratado em ETEs operadas pela DAE é muito inferior ao volume de água distribuída, a intensidade de emissões não apresentou grandes variações.				13
GRI 201: Desempenho Econômico 2016	201-2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas	41 e 42					13
Gestão de riscos e crises							
GRI 3: Tópicos Materiais 2021	3-3 Gerenciamento de tópicos materiais	22					11, 16
Promoção de equilíbrio socioambiental							
GRI 3: Tópicos Materiais 2021	3-3 Gerenciamento de tópicos materiais	37					6, 12, 15
GRI 101 Biodiversidade 2024	101-2 Gestão de impactos na biodiversidade	37					6, 14, 15
	101-4 Identificação de impactos na biodiversidade	37					6, 14, 15
	101-5 Locais com impactos na biodiversidade	37					6, 14, 15
"GRI 103 Energia 2025 (Conteúdo adotado antecipadamente pela DAE e Jundiá, em substituição do GRI 302: Energia 2016)"	103-1 Políticas e compromissos relacionados a energia	41					7, 13

PADRÃO GRI/OUTRA FONTE	CONTEÚDO	LOCALIZAÇÃO (PÁGINA)	COMENTÁRIO	OMISSÃO			ODS
				Requisitos Omitidos	Motivo	Explicação	
"GRI 103 Energia 2025 (Conteúdo adotado antecipadamente pela DAE Jundiá, em substituição do GRI 302: Energia 2016)"	103-2 Consumo e autogeração de energia dentro da organização	41	Reformulação de informações [2-4]: Em 2025 houve mudança na metodologia de cálculo da quantificação de energia gerado pelo consumo de GLP, adotando o Poder Calorífico Inferior (PCI) como fator de conversão. Assim, os dados anteriores foram recalculados, inclusive do "Consumo total de energia dentro da organização".				7, 12, 13
	103-4 Intensidade energética	41 e 42	Reformulação de informações [2-4]: Em 2025, a intensidade energética foi dividida nos escopos de água e esgoto. Com a mudança nessa metodologia, optou-se por recalcular as taxas para os anos anteriores.				7, 12, 13
	103-5 Redução do consumo de energia	41			Informações indisponíveis/incompletas	Em 2025, não foram registradas reduções significativas de consumo de energia na DAE Jundiá.	7, 12, 13
GRI 306: Resíduos 2020	306-3 Resíduos gerados	37			Informações indisponíveis/incompletas	Em 2025, a DAE Jundiá não realizou a contabilização integral do volume de resíduos gerados.	12
	306-4 Resíduos não destinados para disposição final	37, 39 e 40					12
	306-5 Resíduos destinados para disposição final	37 e 40					12
GRI 203: Impactos Econômicos Indiretos 2016	203-1 Investimentos em infraestrutura e apoio a serviços	57					6, 9, 11
GRI 413: Comunidades Locais 2016	413-1 Operações com engajamento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados à comunidade local	57					11, 17

PADRÃO GRI/OUTRA FONTE	CONTEÚDO	LOCALIZAÇÃO (PÁGINA)	COMENTÁRIO	OMISSÃO			ODS
				Requisitos Omitidos	Motivo	Explicação	
GRI 414: Avaliação Social de Fornecedores 2016	414-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais	63					8, 10, 12
	414-2 Impactos sociais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas	63					8, 10, 12
Integridade, ética e transparência							
GRI 3: Tópicos Materiais 2021	3-3 Gerenciamento de tópicos materiais	22					16
GRI 205: Combate à Corrupção 2016	205-1 Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção	22					16
GRI 205: Combate à Corrupção 2016	205-2 Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção	22					16
	205-3 Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	22					16
GRI 406: Não Discriminação 2016	406-1 Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	52					5, 10, 16
Ambiente de trabalho seguro, saudável e inclusivo a todos							
GRI 3: Tópicos Materiais 2021	3-3 Gerenciamento de tópicos materiais	46					3, 5, 8, 10
GRI 403: Saúde e Segurança do Trabalho 2018	403-1 Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	46 e 50					3, 8

PADRÃO GRI/OUTRA FONTE	CONTEÚDO	LOCALIZAÇÃO (PÁGINA)	COMENTÁRIO	OMISSÃO			ODS
				Requisitos Omitidos	Motivo	Explicação	
GRI 403: Saúde e Segurança do Trabalho 2018	403-2 Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes	46 e 50					3, 8
	403-3 Serviços de saúde do trabalho	46					3, 8
	403-4 Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes à saúde e segurança do trabalho	46					3, 8
GRI 403: Saúde e Segurança do Trabalho 2018	403-5 Capacitação de trabalhadores em saúde e segurança do trabalho	46					3, 8
	403-6 Promoção da saúde do trabalhador	46					3, 8
	403-9 Acidentes de trabalho	46 e 50			Informações indisponíveis/incompletas	A DAE não dispõe do controle de acidentes de trabalho dos trabalhadores que não são empregados, mas trabalham sob o comando da empresa (terceirizados e prestadores de serviço).	3, 8
GRI 405: Diversidade e Igualdade de Oportunidades 2016	405-1 Diversidade em órgãos de governança e empregados	17, 52 e 65					5, 8 10, 16
	405-2 Proporção entre salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens	52					5, 8 10

PADRÃO GRI/OUTRA FONTE	CONTEÚDO	LOCALIZAÇÃO (PÁGINA)	COMENTÁRIO	OMISSÃO			ODS
				Requisitos Omitidos	Motivo	Explicação	
GRI 406: Discriminação 2016	Não 406-1 Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	52					5, 10, 16
Relacionamento com partes interessadas							
GRI 3: Tópicos Materiais 2021	3-3 Gerenciamento de tópicos materiais	57					11, 16, 17
GRI 413: Comunidades Locais 2016	413-1 Operações com engajamento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados à comunidade local	57					11, 17

DECLARAÇÃO DE ASSEGURAÇÃO

DAE JUNDIAÍ 2025



DECLARAÇÃO DE ASSEGURAÇÃO

INTRODUÇÃO

O **Bureau Veritas Quality International Brasil (BVQI)**, doravante denominado Bureau Veritas, estabelecido na Alameda Xingu, 350 – Alphaville Industrial, Barueri, São Paulo, 3º andar, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº CNPJ 72.368.012/0002-65, declara, para os fins devidos, que fica o **DAE S/A – Água e Esgoto**, doravante denominada **DAE Jundiaí**, estabelecida na Avenida Alexandre Ludke, nº 1.500, Vila Bandeirantes, Jundiaí - SP, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº CNPJ: 03.582.243/0001-73, autorizada a publicar em todos os seus títulos e sites a Declaração de Asseguração conforme redação a seguir:

"O Bureau Veritas, com base nos processos e procedimentos descritos no seu Relatório de Asseguração e de acordo com os padrões e princípios da norma ISAE 3000, declara que para o Relatório de Sustentabilidade da DAE Jundiaí, não existe evidência de que o mesmo esteja materialmente incorreto, que não represente de forma justa os dados e informações da DAE Jundiaí ou que não tenha sido preparado de acordo com as especificações da *Global Reporting Initiative*TM (GRI)."

ESCOPO

O escopo deste trabalho se limita a asseguarção dos resultados do Relatório de Sustentabilidade apresentado pela DAE Jundiaí, conforme a seguir:

- Serviço: Asseguração do atendimento aos padrões e princípios de qualidade e conteúdo¹ da *Global Reporting Initiative*TM (GRI) para Relatórios de Sustentabilidade;
- Ano e período de referência: 2025 (período de corte de 01/01/2025 a 31/12/2025);
- Fonte de dados: Relatório de Sustentabilidade 2025 da DAE Jundiaí;
- Regime de relato declarado pela organização: "com base" nas Normas GRI (with reference to), utilizando a GRI 1: Fundamentos 2021;
- Nível de asseguarção adotado: LIMITADO, de acordo com os requisitos da norma ISAE 3000¹, incorporados aos protocolos internos de asseguarção do Bureau Veritas.

LIMITAÇÕES E EXCLUSÕES

Foi excluída desta asseguarção qualquer avaliação de informações relacionadas à(ao):

- Atividades fora do período de corte reportado;
- Declarações de posicionamento (expressões de opinião, crença, objetivos ou futuras intenções) por parte da DAE Jundiaí;
- Exatidão de dados e informações econômico-financeiros, contábeis ou societários constantes no Relatório, incluindo dados extraídos de demonstrações financeiras e/ou sujeitos à auditoria independente, de modo que essa asseguarção não deve ser interpretada como asseguarção de Relato Integrado para fins de atendimento à Resolução CVM nº 14/2020 ou regulamentação

¹ International Standard on Assurance Engagements 3000 – Assurance Engagements other than Audits or Reviews of Historical Financial Information.



correlata, tampouco substitui eventual asseguarção a ser realizada por auditor independente registrado na CVM, quando aplicável.

- Inventário de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), incluindo dados de energia, objeto de levantamento interno da Companhia e não submetido a verificação independente específica neste ciclo;
- Dados e informações de entidades sobre as quais não há controle operacional por parte da DAE Jundiá — em especial a ETE Jundiá, operada pela Companhia de Saneamento de Jundiá (CSJ) — e de colaboradores terceirizados;
- Conteúdos formalmente registrados como omissão no Sumário de Conteúdo GRI (2-17, 2-18, 2-21-b, 103-5, 306-3, 403-9 quanto a trabalhadores não empregados e 201-1 quanto a investimentos na comunidade), por indisponibilidade de dado ou não aplicabilidade declarada pela organização.

As seguintes limitações foram aplicadas a esta asseguarção:

- Os princípios de Exatidão e Confiabilidade de dados foram verificados de forma amostral, exclusivamente à luz das informações e dados relacionados aos temas materiais apresentados no Relatório;
- As informações econômicas apresentadas no Relatório foram verificadas especificamente frente aos princípios de Equilíbrio e Completude da GRI;
- A verificação foi conduzida sobre a versão diagramada do Relatório submetida à asseguarção; alterações posteriores à emissão desta Declaração requerem nova avaliação.

MÉTODO DE TRABALHO

Este trabalho foi conduzido de forma remota, sem visita presencial às instalações, tendo ocorrido entrevistas com os responsáveis pelos temas materiais e pelos indicadores reportados, bem como reuniões de esclarecimento em relação à seleção dos critérios, à forma de avaliação, ao cruzamento e à consolidação do banco de dados e informações, entre a equipe de asseguarção do Bureau Veritas e colaboradores da DAE Jundiá.

O trabalho se deu a partir das seguintes etapas:

- a) Reunião de kick-off e planejamento;
- b) Elaboração do checklist de verificação;
- c) Entrevistas remotas com as áreas responsáveis;
- d) Avaliação da sistemática de determinação dos temas materiais;
- e) Verificação dos processos corporativos e operacionais;
- f) Análise de evidências documentais e de documentos complementares;
- g) Avaliação dos sistemas de compilação de dados;
- h) Análise do engajamento com partes interessadas;
- i) Emissão do checklist de recomendações e reavaliação da versão final;
- j) Elaboração do Relatório de Asseguarção e da Declaração de Asseguarção;
- k) Revisão técnica.

RESPONSABILIDADES DA DAE JUNDIÁ E DO BUREAU VERITAS



As apresentações de todas as documentações relacionadas ao escopo foram de inteira responsabilidade da DAE Jundiá. As auditoras foram responsáveis por verificar e analisar as documentações e ações realizadas de forma remota e, com isso, validar o proposto no escopo.

CONCLUSÃO

Como resultado do processo de asseguarção da DAE Jundiá, nada chegou ao nosso conhecimento que pudesse indicar que:

- As informações, resultados e os impactos das atividades da empresa apresentados no Relatório da companhia não sejam equilibradas, consistentes e confiáveis;
- A DAE Jundiá não tenha estabelecido sistemas apropriados para coleta, compilação e análise de dados quantitativos e qualitativos, utilizados no Relatório;
- O Relatório não seja aderente aos princípios de conteúdo e qualidade do Padrão GRI para relatórios de sustentabilidade.

As oportunidades de melhoria observadas no processo de asseguarção da DAE Jundiá estão descritas no Relatório de Asseguarção.

VALIDADE

Esta Declaração de Asseguarção não possui data de validade. Entretanto, a asseguarção, foi realizada de acordo com o estudo apresentado pela DAE Jundiá, conduzido no período de 01/01/2025 a 31/12/2025, não podendo ser utilizada para ciclos futuros.

Ressalta-se que, caso haja alguma modificação significativa, inclusão ou exclusão de dados/informações atualmente estabelecidas e validadas em relação ao escopo desta Declaração, deve-se realizar nova asseguarção.

DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA E IMPARCIALIDADE

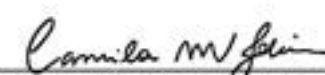
O Bureau Veritas é uma empresa independente, com mais de 198 anos de experiência em asseguarção de Sistemas de Gestão de Qualidade, Meio Ambiente e Sustentabilidade. Possui um Sistema de Gestão da Qualidade certificado, garantindo conformidade ética, profissional e legal. Sua equipe atua de forma independente, sem vínculo com a DAE Jundiá. Além disso, aplica um Código de Ética rigoroso para assegurar altos padrões de integridade e profissionalismo.

Ao final do processo de asseguarção foi gerado o Relatório detalhado de Asseguarção, mantidos como registro em nosso Sistema de Gestão.

CONTATO

<https://www.bureauveritas.com.br/pt-br/fale-com-gente>

Barueri, 19 de agosto de 2026.


Camila Mendonça Netto Jobim
Asseguradora líder
Bureau Veritas Quality International – Brasil


Rodrigo Oliveira
Gerente Técnico de Sustentabilidade
Bureau Veritas Quality International – Brasil

EXPEDIENTE

A sede administrativa e o centro operacional da DAE Jundiaí estão localizados na Avenida Alexandre Ludke, 1.500, Vila Bandeirantes, Jundiaí, São Paulo.

O Relatório de Sustentabilidade reúne as ações e os esforços realizados pela equipe da DAE Jundiaí ao longo de um ano. A DAE agradece a todos que colaboraram para o desenvolvimento e os avanços da empresa, bem como para a elaboração deste documento.

Data de publicação: 01/09/2026

Pesquisa e conteúdo | Seção de Serviços Ambientais

Naiara Méqui Poiate

Ingrid Jale da Silva Sales

Maria Carolina Hertel Dutra

Cláudia Debroi de Campos

Vitor Angelo Arantes

Consultoria GRI, Direção Editorial e Diagramação: Keyassociados

Alexandre Lopez Hernandez

Fellipe Vasconcellos

Gabriela Lipi

Mariana Lucchesi

Silvio Luz

Apoio - Assessoria de Comunicação da DAE Jundiaí

Caroline Franco de Camargo

Gleyson Oliveira da Fonseca

Marcela Franco Zamboni

Fotos

Acervo Assessoria de Comunicação - DAE Jundiaí